



UNILA

Universidade Federal
da Integração
Latino-Americana

**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
INTEGRAÇÃO**

**‘VOLTANDO PARA O ARMÁRIO’:
DIREITOS LGBTI+ NA POLÍTICA EXTERNA BOLSONARISTA**

ALANA DALPOSSO STUMPF

Foz do Iguaçu
2022

**‘VOLTANDO PARA O ARMÁRIO’:
DIREITOS LGBTI+ NA POLÍTICA EXTERNA BOLSONARISTA**

ALANA DALPOSSO STUMPF

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

Orientadora: Dra. Renata Peixoto de Oliveira
Coorientadora: Stephany Dayana Pereira Mencato

Foz do Iguaçu
2022

ALANA DALPOSSO STUMPF

**‘VOLTANDO PARA O ARMÁRIO’:
DIREITOS LGBTI+ NA POLÍTICA EXTERNA BOLSONARISTA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dra. Renata Peixoto de Oliveira
UNILA

Prof. Dr. Felipe Cordeiro de Almeida
UNILA

Prof. Pedro Barbabela de Mello Vilela
UFMG

Foz do Iguaçu, 29 de julho de 2022.

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): Alana Dalposso Stumpf

Curso: Relações Internacionais e Integração

	Tipo de Documento
(X) graduação	(.....) artigo
(.....) especialização	(X) trabalho de conclusão de curso
(.....) mestrado	(.....) monografia
(.....) doutorado	(.....) dissertação
	(.....) tese
	(.....) CD/DVD – obras audiovisuais
	(.....) _____

Título do trabalho acadêmico: 'VOLTANDO PARA O ARMÁRIO': DIREITOS LGBTI+ NA POLÍTICA EXTERNA BOLSONARISTA

Nome do orientador(a): Dra. Renata Peixoto de Oliveira

Data da Defesa: 29/07/2022

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons Licença 3.0 Unported*.

Foz do Iguaçu, 02 de agosto de 2022.

Assinatura do Responsável

“All human beings are born free and equal in dignity and rights. All human rights are universal, interdependent, indivisible and interrelated. Sexual orientation and gender identity are integral to every person’s dignity and humanity and must not be the basis for discrimination or abuse.”

The Yogyakarta Principles, 2006

RESUMO

As mudanças recentes no funcionamento da democracia brasileira decorrem de uma revisão mais ampla da ordem social (inter)nacional, a qual impele transformações nas identidades e na maneira em que se observa o mundo. Entende-se que o progresso e conquistas de movimentos sociais historicamente vulneráveis, são prejudicados com maior intensidade em momentos de crise democrática, resultando em um medo coletivo de violências físicas, psicológicas e políticas. Tais opressões podem ser compreendidas em uma estrutura social resultante de uma lógica de padronização dos comportamentos onde desumaniza estes corpos lidos como desviantes. Quando ampliado à nível global, percebe-se uma limitação no desenvolvimento e ampliação, em diferentes níveis, das políticas de promoção dos ideais da democracia liberal, sobretudo sobre direitos humanos e, apesar dos avanços e conquistas, tanto no plano doméstico quanto externo, pessoas LGBTI+ são alvos constantes de ataques pela extrema-direita ascendente no mundo. Posto isso, esta pesquisa pretende partir do contexto contemporâneo de crescimento do conservadorismo no mundo, objetivando-se a compreender como o tema da diversidade sexual e de gênero é empregada em narrativas políticas de países como Brasil, Hungria e Polônia. De modo particular, nos centraremos no caso brasileiro, a partir da ascensão do presidente de extrema-direita, Jair Bolsonaro e sua articulação internacional com outras lideranças mundiais da direita conservadora e religiosa através de uma reformulação na política externa brasileira.

Palavras-chave: conservadorismo; democracia; direitos LGBTI+; extrema-direita; política externa.

RESUMEN

Los recientes cambios en el funcionamiento de la democracia brasileña son el resultado de una revisión más amplia del orden social (inter)nacional, que impulsa transformaciones en las identidades y en la forma de observar el mundo. Se entiende que los avances y los logros de los movimientos sociales históricamente vulnerables se ven socavados con mayor intensidad en los momentos de crisis democrática, lo que se traduce en un temor colectivo a la violencia física, psicológica y política. Tales opresiones pueden entenderse en una estructura social resultante de una lógica de normalización de los comportamientos que deshumaniza estos cuerpos leídos como desviados. Cuando se amplía a nivel global, se observa una limitación en el desarrollo y expansión, a diferentes niveles, de las políticas que promueven los ideales de la democracia liberal, especialmente en materia de derechos humanos y, a pesar de los avances y logros, tanto a nivel nacional como internacional, las personas LGBTI+ son blanco constante de ataques por parte de la extrema derecha ascendente en el mundo. Dicho esto, esta investigación pretende partir del contexto contemporáneo de creciente conservadurismo en el mundo, con el objetivo de entender cómo se utiliza el tema de la diversidad sexual y de género en las narrativas políticas en países como Brasil, Hungría y Polonia. En particular, nos centraremos en el caso brasileño, desde el ascenso del presidente de extrema derecha Jair Bolsonaro y su articulación internacional con otros líderes mundiales de la derecha conservadora y religiosa a través de una reformulación de la política exterior brasileña.

Palabras clave: conservadurismo; democracia; derechos LGBTI+; extrema derecha; política exterior.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Igreja evangélica coloca placa com apelo homofóbico	35
Imagem 2 – Batismo de Bolsonaro em 2016	35
Imagem 3 – Manifestantes na Marcha da Família Cristã Pela Liberdade em 2021	39
Imagem 4 – Discurso de posse de Ernesto Araújo	55
Imagem 5 – Bolsonaro visita Orbán	58
Imagem 6 – Jair Bolsonaro e Andrzej Duda	59
Imagem 7 – Discursos de Damares Alves no CDHNU	60
Imagem 8 – Manifestantes pisoteiam bandeiras LGBTs na Polônia	62
Imagem 9 – Adesivos que sinalizam áreas "livres de LGBTs" na Polônia	64
Imagem 10 – Extremistas protestam contra marcha do orgulho LGBT na Polônia	65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUDH	Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos
AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
CDH	Conselho de Direitos Humanos
DPLGBT	Diretoria de Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
FPE	Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional
GCD	Geneva Consensus Declaration
LFB	Língua Franca do Boçalnarismo
LGBTI+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Intersexos +
ILGA	Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexuais
MDH	Ministério dos Direitos Humanos
MEC	Ministério da Educação
MMFDH	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
OIL	Ordem Internacional Liberal
ONU	Organização das Nações Unidas
PEB	Política Externa Brasileira
PiS	Prawo i Sprawiedliwość
PNDH	Programa Nacional dos Direitos Humanos
PT	Partido dos Trabalhadores
TFP	Tradição, Família e Propriedade
UE	União Europeia
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-americana

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 CRISE DA DEMOCRACIA E ASCENSÃO DA EXTREMA-DIREITA	15
1.1 O DEBATE SOBRE IDENTIDADES A PARTIR DA FORMAÇÃO DO SISTEMA DE ESTADOS E DO PROJETO DE MODERNIDADE COLONIAL: NORMATIVAS EM CONSTRUÇÃO	15
1.2 CRISE DA DEMOCRACIA COMO CRISE DE VALORES PLURALISTAS E CRISE DE IDENTIDADES: O AVANÇO CONSERVADOR	19
2 DIREITOS E MOVIMENTO LGBTI+ FACE AOS RETROCESSOS DO BOLSONARISMO NA POLÍTICA BRASILEIRA	29
2.1 BOLSONARISMO: ENTRE A NOVA DIREITA, A EXTREMA-DIREITA E A DIREITA CRISTÃ, O NEOCONSERVADORISMO À LA BRASILEIRA	29
2.1.1 “Contra tudo que está aí” e o modelo de governar bolsonarista	38
2.1.2 O discurso de ódio contra a comunidade LGBTI+ em números	42
3 POLÍTICA EXTERNA, POSICIONAMENTO E CONSTRUÇÃO DE ALIANÇAS: GÊNERO E DIVERSIDADE, E A NOVA AGENDA INTERNACIONAL BRASILEIRA	45
3.1 A DEMOCRATIZAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA: UMA POLÍTICA PÚBLICA ENTRE A IDEOLOGIA E O PRAGMATISMO	45
3.2 POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA ENTRE A REDEMOCRATIZAÇÃO E O IMPEACHMENT EM 2016	47
3.3 AS ALIANÇAS EXTERNAS E A PROJEÇÃO CONSERVADORA DO BRASIL A PARTIR DOS DELINEAMENTOS DE SUA NOVA POLÍTICA EXTERNA	50
3.3.1 O retrocesso democrático no leste europeu: a violência contra a comunidade LGBTI+ na Hungria e Polônia	61
3.3.2 A Declaração do Consenso de Genebra e a conjunção de forças conservadoras	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS	75
ANEXOS	86
ANEXO A - Gráfico referente ao número de denúncias de	

violências contra pessoas LGBTI+ (2011-2019) do Fórum de Segurança Brasileira (2021)⁸⁷ANEXO B – Gráfico referente ao número de denúncias de lesão corporal contra pessoas LGBTI+ (2011-2019) do Fórum de Segurança Brasileira (2021)⁸⁸ANEXO C – Gráfico referente ao número de denúncias de homicídio e tentativa de homicídio contra pessoas LGBTI+ (2011-2019) do Fórum de Segurança Brasileira (2021)⁸⁹ANEXO D - Princípios da Declaração do Consenso de Genebra (2020)

90

INTRODUÇÃO

A democracia liberal ocidental está em crise. Suas bases estão sendo substituídas por antigos meios de organização social que promovem o tradicionalismo colonial e solapam a promoção de justiça sociais já estabelecidas. O avanço do(s) (neo)conservadorismo(s) na política é uma das faces dessa recente dinâmica compreendida como retrocesso democrático ou desdemocratização. Observando suas atuais dinâmicas político-sociais, percebe-se que suas ferramentas já não servem para compreender e determinar o seu real significado na contemporaneidade. Se considerarmos tais mudanças como um retrocesso ao histórico de luta por emancipação política e social de grupos minoritários, temos que a própria ordem liberal está sob reformulação. Não somente suas conquistas estão sendo ameaçadas, mas sobretudo, a própria estabilidade e garantia da democracia como sistema político é posta em questionamento.

Enquanto fenômeno global, a ascensão da extrema-direita promove o resgate de um passado opressor e reforça uma visão de mundo respaldada em aspectos da cisheteronormatividade¹ masculina, corroborando com a violência contra a comunidade LGBTI+² (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais)³. Considerados corpos desviantes e não possuindo sua humanidade plenamente reconhecida e protegida, tais indivíduos fazem parte de projetos de governo (ou de poder) ao serem enquadrados na categoria de inimigos internos do Estado, indivíduos a serem eliminados, seja no discurso ou, na prática. Governos conservadores e de (extrema)direita são eleitos baseados em rígidos preceitos ideológicos e religiosos; os casos de países como Brasil, Hungria e Polônia, por exemplo, são marcados pelo estabelecimento de políticas guiadas pela lógica da diferença e do ódio contra minorias sexuais.

Momento essencial para a atual radicalização social foi a crise de 2008, uma conjunção de problemáticas (política, social, econômica, cultural), essencialmente

¹ A cisheteronormatividade refere-se ao conjunto de identidades estabelecidas ao longo da modernidade como o padrão necessário ao reconhecimento de humanidade. É conformada pelo gênero cis, em oposição aos corpos trans, pela heterossexualidade enquanto norma social, validando a atração entre sexos opostos como a única natural possível. Gênero e sexualidade assim são definidos no momento do nascimento do indivíduo como determinadas características biológicas que seriam imutáveis.

² Para mais detalhes sobre o percurso da comunidade, suas lutas e modificações ao longo do tempo, ver Facchini (2020).

³ Para fins desta pesquisa optou-se pelo acrônimo LGBTI+, reflexo do histórico de luta dessa comunidade no Brasil. Contudo, é preciso compreender que inclusive o nome é constantemente disputado dentro e fora de seu universo de relações e atores. Para mais informações, ver Manual de Comunicação LGBTI+, 2018. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2021.

identitária, que anunciou a crise do capitalismo, trazendo consequências para a democracia liberal. A partir dela e como reação à mesma, alianças conservadoras passam a ser construídas em diversas frentes. Estas, por um lado, operam internamente plasmadas em torno de diferentes questões como os direitos humanos, por exemplo; por outro, também ocorrem no cenário internacional, na aproximação entre governos de (extrema)direita e em seus posicionamentos convergentes no âmbito das organizações internacionais. Assim, o plano internacional é visualizado como uma ferramenta de ampliação dessas redes, onde lideranças buscam apoio externo para suas práticas conservadoras. Nesse espaço amplo de trocas interculturais, encontram na política externa um espaço propício para tal prática, reverberando na política doméstica e no cotidiano das pessoas.

Embora haja um desenvolvimento considerável a partir da elaboração da Constituição Federal de 1988, paralelamente aos existentes Tratados e Declarações Internacionais sobre direitos humanos, dos quais o Brasil é amplamente signatário, o mesmo ainda é considerado um dos países mais violentos quando observado a segurança e a garantia de direitos de pessoas LGBTI+⁴. Assim, a virada conservadora brasileira será apresentada neste trabalho com base na ascensão da extrema-direita no cenário político-social, culminando com a eleição de Jair Messias Bolsonaro em 2018.

A presença de tais grupos na diplomacia brasileira e a rejeição da Ordem Internacional Liberal (OIL), resultou em uma transição na tradição de Política Externa Brasileira (PEB). Rejeitam-se as inúmeras iniciativas com presença brasileira nos debates internacionais, com destaque para a proteção de pessoas vulneráveis em questões de gênero e sexualidade; importante perceber aqui, a participação brasileira na concretização dos Princípios de Yogyakarta (2006)⁵. Tal processo pode ser observado através dos rumos recentes tomados pelo governo do Brasil na condução do Ministério das Relações Exteriores (MRE), sob comando de Ernesto Araújo entre 2019 e início de 2021, e de Damares Alves no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). Estes órgãos articulados passam a criar e compartilhar narrativas e discursos políticos

⁴ Segundo o Relatório Anual de mortes do Grupo Gay da Bahia de 2021: 300 LGBT+ sofreram morte violenta no Brasil em 2021, 8% a mais do que no ano anterior: 276 homicídios (92%) e 24 suicídios (8%). O Brasil continua sendo o país do mundo onde mais LGBT são assassinados: uma morte a cada 29 horas. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>. Acesso em: 03 abr. 2022.

⁵ Os “Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero” são conformadas em 39 normas, além de 111 ‘obrigações adicionais aos Estados’. Acompanhadas de recomendações para a ampliação do entendimento nacional sobre a temática, bem como, medidas de proteção de questões relacionadas à orientação sexual e de gênero a serem aplicadas em diferentes sistemas políticos que conformam a Organização das Nações Unidas (ONU). Disponível em: <http://yogyakartaprinciples.org/>. Acesso em: 05 set. 2021.

carregados de enviesamento religiosos e ideológicos, de forma contraditória com um posicionamento que, de fato, garanta a promoção e proteção de direitos humanos.

Assim, este trabalho possui como objetivo principal, analisar como as mudanças ocorridas no Brasil, a partir da eleição de Jair Bolsonaro em 2018, contribuíram para uma substituição da estratégia na política externa brasileira no tocante aos direitos humanos. Especificamente, buscar-se-á a) assinalar como a extrema-direita reconstrói uma nova identidade nacional, sendo a exclusão da comunidade LGBTI+ parte de seu projeto político de poder; b) identificar as principais características, pautas e agendas do governo Jair Bolsonaro, caracterizando-o como um governo neoconservador; c) como isto vem pautando a formação de alianças ou alinhamentos com outros governos de direita, regimes autocráticos, ou com posições conservadoras (a exemplo, Hungria e Polônia); d) estabelecer uma relação entre o discurso de ódio e os indicadores de violência contra a comunidade LGBTI+ que configuram a precarização do Estado nesse tema.

No que tange aos aspectos metodológicos do presente trabalho, anuncia-se a metodologia qualitativa, aplicando o método analítico, através de uma revisão bibliográfica e documental (DALLE et al, 2005).

A monografia estrutura-se em três capítulos: o primeiro, “Crise da democracia e ascensão da extrema-direita”, contém a relação entre a estrutura do sistema internacional como resultado do desenvolvimento de Estados marcados por níveis de diferenciação e sua influência na construção das identidades. Volta-se à análise da presença da extrema-direita nos governos como um fenômeno global relevante para a crise da democracia liberal, observando seu impacto para as minorias sexuais.

No segundo capítulo, “Direitos e movimento LGBTI+ face aos retrocessos do bolsonarismo na política brasileira”, serão observados mais detidamente, ações, discursos, alianças e políticas do atual governo brasileiro para com a comunidade LGBTI+; atentando-nos à instrumentalização política de valores religiosos nestes processos, serão apresentados relatórios e pesquisa nacionais e internacionais acerca das violências direcionadas ao objeto de estudo durante essa administração.

O terceiro capítulo, intitulado “Política Externa, posicionamento e construção de alianças: gênero e diversidade, e a nova agenda internacional brasileira”, é onde analisaremos a transição da política externa brasileira ao governo Bolsonaro, com especial atenção para a formação de alianças internacionais conservadoras e religiosas, onde destacaremos os casos de Hungria e Polônia. O Consenso de Genebra será utilizado como exemplificação da projeção e atuação do Brasil no tocante a minorias sexuais.

1 CRISE DA DEMOCRACIA E ASCENSÃO DA EXTREMA-DIREITA

Este capítulo é direcionado à análise da chamada crise da democracia liberal e ascensão da extrema-direita, a partir do debate sobre identidades no processo de formação do sistema internacional. Considerando-a como parte do projeto de modernidade colonial, compreende-se seu papel na crise de valores e costumes e, conseqüentemente, das identidades nacionais, individuais e grupais.

1.1 O DEBATE SOBRE IDENTIDADES A PARTIR DA FORMAÇÃO DO SISTEMA DE ESTADOS E DO PROJETO DE MODERNIDADE COLONIAL: NORMATIVAS EM CONSTRUÇÃO

A colonização europeia impôs às sociedades latino-americanas e caribenhas o estabelecimento de hierarquias de raça, classe, gênero e, até mesmo, quanto à sexualidade dos indivíduos. Seu projeto modernizador buscou normatizar certos padrões estéticos e de comportamento, ao passo em que se reafirmava suas identidades nacionais. Mesmo após os processos de independência, as sociedades latino-americanas continuam a ordenar-se pela lógica de divisão e diferença social, promovendo tais políticas discriminatórias. A estrutura do sistema internacional, conformado por nações que seguem tais parâmetros, reverbera-os em suas políticas externas ao promoverem determinados valores que oprimem setores de suas sociedades.

No debate sobre a identidade, temos que esta é marcada por diversas camadas de negação, havendo uma relação causal entre a identidade e a diferença, onde uma garante o surgimento da outra, colocando inclusive, a diferença como marco inicial. Assim, a construção dessas identidades legitimadas passa pela afirmação de diferenças, visto que existem enquanto contrapostas às demais, o “nós” e os “outros”, permite a autoafirmação dos grupos que almejam ou que detêm o poder (DA SILVA, 2000, p. 74-75).

Dessa maneira, a luta por direitos, por emancipação, justiça e reconhecimento é travado como uma luta identitária e cultural, o direito de pertencer à humanidade e ser reconhecido como tal. Deste processo, desprende-se uma identidade tida como norma, aquela advinda de grupos sociais que possuem o monopólio das narrativas, a qual não oferece oportunidades para que as demais comunidades políticas possam afirmar-se enquanto tal. Nesse processo, temos o papel da linguagem como determinante para a compreensão de que identidade e diferença são decorrentes de seu

ambiente sociocultural (DA SILVA, 2000, p. 76), portanto, no momento em que ambas são declaradas, passam a existir enquanto elementos cheios de significações. As constantes afirmações de grupos políticos garantem sua existência no topo da hierarquia social e permite, simultaneamente, a exclusão do outro não apenas como aquele que não pertencente à sua identidade, mas sim, existindo como seu oposto, sua diferença.

Segundo Tomaz (2000, p. 78), justamente por essa relação entre identidade e diferença estar e ser determinada pelo contexto social, ela se torna objeto de disputa por distintos grupos que conformam uma sociedade. Desse processo, resultam identidades impostas como universais, a serem seguidas e performadas, atendendo a certos interesses em contraposição aos demais, que serão categorizados a partir desses mesmos interesses, afastados de espaços de poder. Essa capacidade discursiva e linguística de indicar grupos e pessoas como pertencentes a uma mesma sociedade na categoria de “humanos” ou “não-humanos”, são mecanismos de inclusão ou exclusão.

Podemos empreender como tal processo estabelece fronteiras entre o “eu/nós” de uma identidade fixa e universal em contraposição a “outros/eles”, reforçados diariamente através das relações sociais. Em semelhança, Jason Stanley (2018, p. 9) descreve como a política fascista⁶, “distingue “nós” de “eles”, apelando para distinções étnicas, religiosas ou raciais, e usando essa divisão para moldar a ideologia e, em última análise, a política”, promovendo sua manutenção e fortalecimento constante. Esse fator advém da inserção e estruturação das sociedades a partir da lógica da colonialidade, onde, ao definir identidades, grupos no poder também atribuem valor àqueles que classificam como parte da diferença e, conseqüentemente, a humanidade destes. No mesmo sentido, argumenta-se que na ideologia fascista, “a natureza impõe hierarquias de poder e dominância que contrariam categoricamente a igualdade de respeito pressuposta pela teoria democrática liberal” (STANLEY, 2018, p. 74).

Fixar uma determinada identidade como a norma é uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e das diferenças. A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Normalizar significa eleger - arbitrariamente - uma identidade específica como parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa. A identidade normal é “natural”, desejável, única. A força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como uma identidade, mas simplesmente como a identidade. Paradoxalmente, são as outras identidades que são marcadas como tais (DA SILVA, 2000, p. 83).

⁶ O termo é utilizado neste trabalho apenas em termos comparativos dos elementos característicos do fascismo apresentado no trabalho de Jason Stanley e a atualidade brasileira e mundial.

Dessa forma, temos que as relações de poder da colonialidade são traduzidas no estabelecimento de uma identidade única e inquestionável, enquanto aqueles que se desviam são enquadradas na categoria de diferença, formando-se mutuamente. A última categoria é paulatinamente relegada ao “outro”, submissa aos mecanismos de dominação branca, classista, patriarcal e heterossexual, constantemente reforçadas por práticas socialmente construídas, que relegam indivíduos e grupos a categorias inferiorizadas, predispostos à violência e desumanização. Nessa lógica, uma política fascista, apesar de operar sob diferentes formas, apresenta a prática política dessa desumanização, ao restringir a capacidade da população em identificar-se com o outro, levando a situações de violência consentidas ou praticadas pelo Estado. Como tal fator é visto como natural à organização social humana, sua mudança é impossível, visto que “Para o fascista, o princípio da igualdade é uma negação da lei natural, que estabelece certas tradições, das mais poderosas, sobre outras” (STANLEY, 2018, p. 75).

Nesse sentido, Maria Lugones (2008, p. 77) nos apresenta uma reflexão acerca do que denominou colonialidade de gênero: a vinculação de mecanismos de poder e dominação baseada no gênero que fazem parte da estruturação das sociedades coloniais latino-americanas, perpetuadas a partir da modernidade capitalista. Sua compreensão passa pela ideia de que a colonialidade — como continuidade dos elementos da colonização —, estabeleceu padrões heterossexuais e patriarcais para organização social, justificadas pela noção de desenvolvimento (LUGONES, 2008, p. 78). Essas estruturas são violentas dado que excluíram da história as ferramentas pelas quais esse progresso foi conquistado, justamente a exclusão de certos grupos sociais minoritários, impedindo seu acesso a todo esse desenvolvimento. Vemos deste modo que para a autora, a modernidade estabeleceu uma hierarquização dos corpos a partir de critérios de exclusão do ambiente social e político, como gênero, raça, classe e sexualidade; classificações estas que compõem todas as esferas sociais, públicas ou privadas, determinando a própria construção de distintas identidades.

Deste modo, compreende-se a capacidade de imposição universal de meios de existência pela modernidade ao restringir outros modos de vida por não se enquadrarem aos parâmetros coloniais historicamente estabelecidos, mas que se adaptam ao atual contexto social analisado. Categorias “racializadas”, ou seja, pessoas e grupos que não fazem parte das identidades “brancas” foram desumanizadas, a partir de mecanismos de controle desses corpos, impedindo seu pleno desenvolvimento (LUGONES, 2008, p. 79,

tradução livre). O domínio sobre estes permite a reprodução das estruturas de poder ao longo da história, bem como a própria existência dessa lógica.

A delimitação de quais identidades são reconhecidas é um processo violento e pode ser operado através do Estado. Achille Mbembe (2018, p. 5) argumenta que “a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer”; isto é, a capacidade do poder estatal em estabelecer um controle sobre a vida dos cidadãos. A ideia de morte é expandida a um sentido mais amplo: a privação da vida em todos os sentidos, elemento iniciado com o estabelecimento da modernidade. Assim, a noção de soberania (individual e nacional) presente nas democracias atuais, representaria a garantia sobre seu próprio reconhecimento como ser humano, bem como, sobre os demais corpos sociais e políticos.

Sobre o avanço conservador nas estruturas democráticas do Estado e, como consequência, a redimensão dos níveis de socialização, Yascha Mounk (2019, p. 247) afirma que: “Se a discriminação emana do Estado ou do setor privado, de associações particulares ou de indivíduos isolados, ela solapa significativamente o grau de cidadania igualitária usufruído pelas minorias”. Percebe-se então, a relação entre um Estado rígido e a masculinização de suas instituições, onde a politização de políticas sexuais são intensificadas, onde há a promoção de uma sociedade heterossexual, contrapondo-se aos momentos de promoção de justiça sociais próprios de uma democracia; isto é: “Assim, processos de democratização podem favorecer o questionamento de tais desigualdades e hierarquias, enquanto que processos autoritários e ditatoriais tendem a naturalizar os ordenamentos socioculturais e políticos instituídos” (YARAGUSUKU et al, 2019, p. 10-11).

Na mesma linha, Monique Wittig (2006 [1992], p. 46) descreve a capacidade de os discursos de produzirem sociedades heterossexuais sob dominação masculina, estabelecendo uma submissão aos demais grupos sociais em que essa linguagem não possui efeito, excluindo-os da história. Essas sociedades conseguiriam então, separar o ser de sua real identidade, ao criar padrões de comportamento e reprodução histórica do poder masculino, heterossexual, cisgênero e branco, reduzindo o “outro” a uma categoria não-humana. Tal relação faz parte de um contrato social, capaz de construir discursos que reprimem a liberdade dos seres humanos, de modo a estabelecer uma sociedade coesa a partir da heterossexualidade masculina.

A necessidade de expansão do poder presente na colonialidade, relacionada com uma homogeneização ao estabelecer classificações sociais, é abordada também ao compreender as limitações das sociedades heterossexuais. Esse processo é

violento porque o grupo que o promove, torna-se incapaz de aceitar o “outro” como também humano, em um mundo onde seus próprios valores não comandem e ordenem a sociedade (WITTIG, 2006 [1992], p. 52). Na tentativa de padronizar esses corpos, tais discursos, perpassados de sociedade para sociedade e em diferentes contextos, acaba por fixar os meios socialmente reconhecidos de humanidade, que também são, em certa medida, obrigatórios, ou como ela apresenta “você-será-será-ou não será” (*Idem*). Se estabelece então, um ambiente social em que a privação das liberdades individuais é direcionada à imposição da heterossexualidade como norma. A modernidade teve êxito na repressão não apenas grupos ligados às identidades sexuais, mas também a todos os outros cujas narrativas são efetivas na construção de discursos de exclusão e sub-humanização.

Considerando as abordagens apresentadas acima, percebe-se que o processo de construção de identidades sociais baseia-se em mecanismos de destruição daquelas que se configuram como uma ameaça ao projeto de poder de determinados grupos que possuem o controle social. A masculinidade, a heterossexualidade e outras categorias “dominantes” podem ser compreendidas a partir de processos de construção e imposição pela modernidade, que refletem em todas as instâncias da sociedade ao ditar como indivíduos devem ser e comportar-se, tanto no âmbito privado, quanto público.

Em certa medida, o avanço do conservadorismo na última década parece representar uma retomada destes parâmetros e padrões hierarquizantes que marcaram o processo de dominação colonial europeia na modernidade. Amplos setores sociais, das elites às classes médias-baixas, em diferentes países, buscam reconfigurar seu poder hegemônico, estabelecer barreiras entre o “nós” e os “outros”. A reivindicação para si sobre o “direito” de excluir outras pessoas e grupos por questões como gênero e diversidade, configura-se em uma busca de privilégios a serem restaurados e garantidos após a crise global de 2008. Para tal, estes grupos centram-se em frear o avanço das pautas e conquistas históricas de determinados grupos, como no caso da comunidade LGBTI+. Essa movimentação representa um grave retrocesso democrático e é dessa forma que poderemos explorar o debate em torno da crise contemporânea da democracia liberal e sua relação com o nosso tema central de estudo.

1.2 CRISE DA DEMOCRACIA COMO CRISE DE VALORES PLURALISTAS E CRISE DE IDENTIDADES: O AVANÇO CONSERVADOR

O mundo pós-Guerra Fria e o avanço do processo de globalização levantaram reflexões sobre o destino da ideia tradicional de Estado-nação e de sua soberania, bem como qual sistema político melhor comportaria o avançar das sociedades. Recentemente, é a concepção ocidental de democracia liberal que entrou em revisão e possui um futuro incerto. Valores e práticas já consolidadas passam a ser questionadas, perdem legitimidade e demonstram a fragilidade dos consensos em torno de sua agenda e da defesa dos direitos humanos em todo o mundo. Destaca-se uma crise na representatividade, na confiança entre os cidadãos, entre a população e as lideranças políticas e para com as instituições e processos democráticos. Isso tudo leva à própria corrosão de distintas identidades existentes.

Esse processo estaria relacionado especialmente às rápidas transformações acarretadas pela intensificação das trocas sociais, econômicas e políticas, aprofundando as desigualdades e levando a uma sensação crescente de incertezas, dependência e vulnerabilidades. Disso, se depreende novas formas de relacionamentos interpessoais, diferentes daquelas que auxiliaram na construção da modernidade. Vivenciamos uma crise das próprias identidades tradicionais que perderam espaço em um mundo marcado pela lógica do individualismo exacerbado pela lente liberal. Após a crise mundial de 2008, a dinâmica social compreende a conformação e o resgate desses antigos acordos, de um passado idealizado que prefere romper com o pacto democrático e até suplantar os avanços liberais no campo dos direitos, em prol de uma visão opressora, com viés fascista e excludente da política e da convivência em sociedade. A democracia não parece mais ser algo a ser defensável e desejável, ou mesmo a ferramenta adequada para a organização social, que passam a usufruir de novas formas de sociabilização, com destaque para o ambiente virtual e tecnológico.

Yascha Mounk (2019, p. 39) compreende este processo como uma erosão democrática, destacando duas formas de percebê-la na atualidade: (i) democracias iliberais, relacionadas com a restrição de liberdades individuais, especialmente de grupos historicamente minoritários; e (ii) sociedades antidemocráticas, representando aquelas nações cujos sistemas políticos operam independentemente de instituições democráticas, favorecendo determinados grupos.

No primeiro caso, os governos contam com a presença de líderes populistas, cujo objetivo principal seria a reestruturação do país a partir de seus interesses; por isso, se apresentam como os únicos capazes de resolver os problemas causados pelas administrações anteriores, representando os desejos de uma parcela da população que se

sente desassistida pelo Estado (MOUNK, 2019, p. 48). Estes indivíduos conseguem unir pessoas através de um sentimento de pertencimento, construindo uma identidade nacional relacionada à verdadeira democracia, “libertando” aquela nação (e o mundo) assolada após anos sob liderança progressista e que se destoam do antigo tradicionalismo. Dessa maneira de observar a realidade surge a ideia do “inimigo de Estado”, aqueles indivíduos que supostamente recebem maior atenção do governo, como contraposição ao verdadeiro cidadão (MOUNK, 2019, p. 60). Os últimos são os reais patriotas, cujos valores e práticas correspondem com a imagem de Estado em que é buscado pelos neoconservadores. Quando constroem tal narrativa, demarcam as fronteiras necessárias para o dissenso e a possibilidade de ascensão de suas ideias, em muitos casos, extremistas.

Com isso, elaboram-se narrativas e discursos que desumanizam, em troca de uma suposta coesão e ordem. Disto, depreende-se a necessidade constante da construção de “inimigos do Estado”, “a figura retórica que justifica todas as violências e, assim, o medo torna-se o argumento central da política” (GALLEGO, 2019b, p. 83).

O inimigo é um ser inferiorizado, despojado de seus atributos de cidadão, que passou por um processo de desumanização, de descaracterização como sujeito de direitos; portanto, ele é matável, agredível e descartável. O estigma faz com que o sujeito que é enquadrado nele seja visto como diminuído ou estragado. A pessoa e o coletivo estigmatizados são codificados como desviantes, como sujeitos a deterioração que devem ser olhados com menosprezo (GOFFMAN, 1980). O estigma afasta sujeitos e invalida a interlocução, já que coloca o outro em posição de absoluta redução social, de não sujeito, anulando sua identidade (MELO, 2000). As relações sociais se resolvem desta forma na dicotomia social entre salvadores e condenados, “homem de bem” e bandido. Afinal, o inimigo é o indesejável para o capital, para uma sociedade racista e para uma sociedade patriarcal. E o indesejável deve ser exterminado (GALLEGO, 2019b, p. 84).

Por outro lado, as sociedades antidemocráticas demandam de um processo de burocratização e elitização do ambiente público. A democracia deixa de representar a vontade popular, para responder aos interesses de grupos e indivíduos que não operam no mesmo nível que a população, resultando em uma redução de políticas públicas que favorecem grupos majoritários. A atuação do Estado não é rejeitada, mas sim compreendida como corrupta e direcionada a setores que não merecem atenção.

Em ambos os modelos, as identidades nacionais sofrem um processo de ruptura, visto a expansão de grupos neoconservadores, com seu questionamento acerca da legitimidade do Estado e da própria concepção moderna de democracia; o resultado seria uma crise generalizada nesse modelo. Os cidadãos se veem sem perspectiva de futuro (especialmente os jovens) graças à perda de identificação comum, resultando na

retomada de temas tradicionalistas e (re)inserção de grupos que relembram um passado sem tais transformações; assim, em resposta, “Refugiam-se em sua nação, em seu território, em seu deus”, elementos comuns e conhecidos (CASTELLS, 2018, p. 15).

Uma reação a esse processo é a busca pela preservação ou restabelecimento de valores e práticas por grupos neoconservadores. Marina Lacerda (2018, p. 33), ao analisar o ressurgimento desse grupo em diversos países e sua consequente ascensão no Brasil, descreve este como um movimento político, uma ideologia relacionada às posições mais à direita do espectro político-ideológico. Quanto a esta dinâmica, Samuel Huntington, a caracteriza da seguinte forma — aristocrática, autônoma e situacional (*Idem*). Detendo-se à última vertente, que parece melhor se aplicar ao debate até agora realizado, entende-se que a mesma seria reflexo de uma situação histórica específica daquele contexto nacional ou regional, onde a coesão da estrutura social tradicional estaria ameaçada por mudanças sociais próprias do período analisado (LACERDA, 2018, p. 36), sejam elas reais ou inventadas. Esse movimento constitui-se pela forte presença de choques ideológicos e sociais, em um momento que possibilita esse questionamento frente às instituições democráticas e, possivelmente, uma mudança.

Antônio Pierucci (1987, p. 26) afirma que a nova vertente da direita se caracteriza pelo medo, resultado de um abandono do Estado frente “a uma crise complexa, geral, persistente, que além de econômica e política é cultural”, onde esses indivíduos veem “sua identidade em perdição”. Segundo ele, esse espectro político caracteriza-se por “indivíduos arregimentáveis para causas anti-igualitárias radicais e soluções autoritárias de direita” (PIERUCCI, 1987, p. 27). Por essa lógica, políticos fascistas operam sob uma “política do medo”, administrando as inseguranças da população “para estabelecer um estado de emergência permanente que corrói e por fim nega na prática as liberdades civis e as instituições democráticas” (CASTELLS, 2018, p. 23).

O receio para com o “outro”, desconhecido ou construído como inimigo, alia-se com uma preocupação com a segurança (individual e nacional), a ameaça de destruição da realidade como se conhece, “mas também produz discursos de indignação moral contra a decadência dos costumes” (PIERUCCI, 1987, p. 32). Por esse motivo, as políticas fascistas retornam a um passado comum pautado na hierarquização de corpos, anterior aos ideais liberais, pois eles criam “uma sensação de pânico”, “tanto para homens quanto para a capacidade do grupo dominante de proteger sua pureza e status da invasão estrangeira” (STANLEY, 2018, p. 15).

Essas pessoas e grupos, ao se destoarem das normas de performatividade

social, não são controladas pelo Estado e, por sua vez, são excluídas da lógica liberal; por serem livres e não alienados, não reproduzindo padrões comportamentais, são automaticamente expostos à violência do Estado. Tornam-se alvos quando lideranças populistas de direita, utilizam desse sentimento de ressentimento e vitimização de determinadas camadas da sociedade, apresentando circunstâncias convincentes de que determinados grupos e indivíduos são a causa da perda de seus privilégios (GALLEGO, 2019b, p. 84); logo, a única solução para o reestabelecimento da ordem social seria a perseguição dos mesmos (STANLEY, 2018, p. 92).

Percebe-se através da intensificação da globalização na década de 1990, uma ampliação na atuação de determinados atores na arena política, fator esse observado como uma ameaça à preservação e manutenção da realidade social. Segundo Lacerda (2018, p. 36-37), “Essas ameaças seriam provenientes das políticas de bem-estar social, que reduzem a desigualdade, e também dos movimentos LGBT e feminista, cujas pautas passam a ser recebidas pelo poder público”. O sentido de ameaça é reforçado especialmente por discursos, com apelo ao subjetivo de grupos que se sentem desassistidos por políticos que historicamente os favoreceram. Como resultado, Joanildo Burity (2015, p. 24) afirma que “reações emergem no sentido de recompor o status quo majoritário ou de barrar o avanço de determinadas minorias”, onde há uma “produção ou reforço de exclusões”. De tal modo, podemos considerar que o conservadorismo, “ao mesmo tempo se apresenta como ferido pelo que se passou e como aquilo que tem que voltar, se impor, para que a sociedade, a economia, a política se reergam, reajam aos sinais de corrupção e de decomposição do tecido social” (BURITY, 2018, p. 21).

Políticas públicas de governos anteriores, majoritariamente de esquerda ou mesmo progressistas quanto a estas agendas, são entendidas como nocivas, já que desestruturam a ordem social ao permitir maiores liberdades individuais. O medo acerca desses grupos e o que poderiam provocar caso não haja um controle sobre esses corpos — como a destruição de determinados privilégios históricos e da estrutura familiar tradicional, por exemplo —, tomam conta do imaginário popular. Segundo esse pensamento, o Estado passa a conduzir temas que foram tradicionalmente regulados por instituições do âmbito privado, como a família, a igreja e a comunidade, afastando-se de suas próprias responsabilidades para com os interesses nacionais.

Não obstante, a diferença entre a direita tradicional e sua nova forma, seria a ligação entre o âmbito religioso, a direita política e questões identitárias de gênero e sexualidade (LACERDA, 2018, p. 39). Essas pautas são absorvidas por lideranças político-

religiosas para a mobilização popular de enfrentamento ao papel do Estado, sendo o grupo em defesa da família tradicional, uma das vertentes com maior adesão social e política. Políticas fascistas sabem utilizar a seu favor a perspectiva de perda de privilégios pela masculinidade, guiando manifestações contrárias a minorias sexuais.

A família patriarcal é um ideal que os políticos fascistas pretendem criar na sociedade – ou recuperar, como afirmam. A família patriarcal é representada sempre como uma parte central das tradições da nação, diminuída, mesmo recentemente, pelo advento do liberalismo e do cosmopolitismo. [...] Numa sociedade fascista, o líder da nação é análogo ao pai da família patriarcal tradicional. O líder é o pai da nação, e sua força e poder são a fonte de sua autoridade legal, assim como a força e o poder do pai da família no patriarcado supostamente são a fonte de sua suprema autoridade moral sobre seus filhos e esposa. O líder provê a nação, assim como na família tradicional o pai é o provedor. A autoridade do pai patriarcal deriva de sua força, e a força é o principal valor autoritário. Ao apresentar o passado da nação como um passado com uma estrutura familiar patriarcal, a política fascista conecta a nostalgia a uma estrutura autoritária hierárquica organizadora central, que encontra sua mais pura representação nessas normas (STANLEY, 2018, p. 15).

Ainda segundo Stanley (2018, p. 113), essa ansiedade sexual seria uma das características de uma política extremista, visto que resultam na manipulação das emoções de perda de influência e poder de uma parcela da população, especialmente homens brancos. Isto é, a própria identidade masculina ao apresentar uma ameaça sexual advinda da comunidade LGBTI+, fabricados como culpados pelos desvios na família tradicional, bem como outros valores tradicionais (STANLEY, 2018, p. 119). Tais figuras utilizam esse medo como ataque aos princípios democráticos de liberdade individual e igualdade, transformando-os em ameaças à realidade que os indivíduos conhecem, sendo as minorias sexuais especialmente vulneráveis (SANAHUJA, 2019, p. 47-48).

Ao passo que esse fenômeno e seus distintos reflexos, promoveu a expansão de meios de comunicação em massa como mecanismos de construção de uma identidade mais ampla, a legitimidade do Estado é enfraquecida visto sua dificuldade em controlar as consequências desse processo. Logo, o receio e medo dessas transformações são reunidas em um isolamento do indivíduo e da nação, de modo a buscar o restabelecimento da ordem social a partir dos nacionalismos. Nessa lógica, Yascha Mounk (2019, p. 163) apresenta-nos as três principais características que pautam a atual crise da democracia liberal: (i) a utilização de tecnologias de comunicação para mobilização de valores e princípios comuns nas massas, enfraquecendo meios tradicionais de difusão de informação, logo, favorecendo vias informais e com preponderância das chamadas *fake news*; (ii) a melhora considerável na qualidade de vida do cidadão médio no início do século

XXI e a repentina quebra desse progresso com as crises desencadeadas a partir de 2008; e (iii) o fim da preponderância de determinados grupos raciais e étnicos foi modificado com a intensificação de trocas sociais internacionais.

Nesse ambiente, propicia-se o surgimento de lideranças populistas, as quais se apresentam como *outsiders* políticos⁷, novos atores em que a população pode confiar para que a mudança, ou melhor, para que a manutenção do seu *status quo*, possa ocorrer. Os riscos do populismo para a manutenção da democracia remetem a dois aspectos: as elites políticas e demais grupos fora de seu círculo próprio atuam contra o “verdadeiro povo” e, como consequência, eles (os populistas) são a única voz dessa parcela da população (KYLE; MOUNK, 2018).

Isto ocorre, por sua vez, perante o fortalecimento do Estado em torno de um projeto de nação hierarquicamente organizado, de acordo com o resgate de padrões históricos de controle social. As instituições são reconstruídas ou solapadas, a partir da imagem que o líder e sua causa representam, por uma ação política que combata os setores de oposição, numa lógica narrativa de completa rejeição, sendo a ruptura total e a reestruturação da sociedade, as soluções necessárias (CASTELLS, 2018, p. 29-30). O apoio a tais práticas decorre da construção de uma união em torno de determinados ideais, como a nação e o tradicionalismo, concepções anteriores à expansão de concepções da democracia liberal e que garantem a ordem social.

Aplicada atualmente sobre instituições democráticas, essa conjunção de forças se configura como conservadora por buscar manter uma situação de opressão, já que procura estabelecer o controle dos corpos em troca da promoção de determinados valores tradicionais e, em geral, de cunho religioso. Segundo Wendy Brown (2006, p. 697, grifos da autora, tradução livre), “A afirmação aberta do poder do estado moralizado na esfera doméstica e internacional é o que desencadeia o neoconservadorismo de um conservadorismo mais antigo, o que o torna *neo*”. Desse modo, nas últimas décadas, passa a ser reivindicado com maior abrangência e maior destaque, a partir da ascensão da extrema-direita neoconservadora no espaço público, o poder de ressignificar as dinâmicas sociais, de determinar o modelo de sociedade que aquele Estado irá seguir. O poder torna-se instrumento de humanização de grupos e indivíduos, de controle e dominação no campo simbólico e prático de discursos performativos da população.

⁷ Indivíduos com pouca ou nenhuma bagagem política, que ganharam relevância na mídia de forma rápida e intensa nos últimos anos, conquistando cargos no alto escalão de seus sistemas políticos, cujo maior expoente é Donald Trump (2016-2020).

Dessa forma, o que caracteriza a ideologia da extrema-direita, diferenciando-a das demais, está na sua insistência em princípios contrários à democracia liberal ocidental, direcionando seus esforços na contraposição de interesses, em um conflito constante com forças progressistas. Segundo Cas Mudde (2002, p. 10, tradução livre apud BACKES; JESSE, 1993, p. 474), a extrema-direita pode ser definida “como um termo coletivo para disposições e tentativas antidemocráticas, que se posicionam tradicionalmente na extrema “direita” do espectro esquerda-direita”. O autor acrescenta ainda, que a diferença entre extremismo e radicalismo político está, respectivamente, no seu ataque direto à constituição do país ou sua oposição de ideias, além de seu consequente controle por parte do Estado (MUDDE, 2002, p. 12).

Nessa lógica, José Antonio Sanahuja (2019, p. 32) argumenta que a ascensão da extrema-direita global está relacionada com um enfraquecimento do Estado liberal, frente ao seu desgaste decorrente dos impactos da globalização presenciados durante e após a Crise de 2008. Esse momento é projetado como a demonstração do fracasso do Estado, ao escancarar os problemas do sistema político e econômico frente às distintas crises causadas por esse evento (CASTELLS, 2018, p. 15-16).

A ascensão dessas forças implica a “re-politização” e consequente contestação das normas, discursos e valores liberais que, dentro dos Estados e em nível regional e/ou global, anteriormente reuniam amplo consenso na sociedade e, portanto, estavam fora do debate político. A extrema-direita está questionando, a partir do cenário político nacional, os princípios, normas e instituições do internacionalismo liberal contemporâneo que sustentaram o ciclo histórico da globalização (SANAHUJA, 2019, p. 33, tradução livre).

O questionamento da ordem internacional baseada no Estado democrático liberal se sobressai, sobretudo com a atuação do Estado na redução de injustiças sociais. Assim, prepondera-se a ideia de que o mercado perde espaço para os direitos humanos, principalmente pela presença de instituições internacionais durante governos anteriores. Enquanto, em certo nível, as desigualdades sociais vão sendo diminuídas, outros problemas surgem, dando brecha para que o modelo democrático liberal seja visto como uma ameaça à própria segurança nacional (SANAHUJA, 2019, p. 34).

Logo, a existência de uma relação entre neoliberalismo e neoconservadorismo, onde em ambos, o Estado deveria possuir atuação mínima, de modo a “garantir o direito de propriedade e da segurança pública” (WINK, 2021, p. 74). Para Wendy Brown (2006, p. 698, tradução livre), o que os diferencia, “é uma racionalidade política de mercado e uma racionalidade moral-política, com um modelo de negócio do

Estado num caso e um modelo teológico do Estado no outro”. Desse modo, tal aliança só se prepondera a partir da inserção de determinados valores advindos do campo neoconservador ao neoliberalismo, a partir das chamadas guerras culturais, isto é, a “[...] criminalização de certos segmentos sociais, aqueles indesejáveis fora da estrutura produtiva, a disputa simbólica, o revisionismo histórico e incluso a recriação ficcional dos fatos” (GALLEGO, 2019a, p. 7). Esta, por sua vez, propõe que a responsabilização dos problemas econômicos é associada à “crise morais, de valores e de abandono dos valores tradicionais”, onde a religião, a defesa da família tradicional heteronormativa, o nacionalismo e a militarização de questões sociais são manipulados para que a ordem social seja reestabelecida segundo a lógica do mercado (*Idem*).

Esse contexto se dá a partir da década de 1990 com a expansão da globalização, aliada ao capitalismo neoliberal, provocando o choque de identidades, de modos de posicionar-se no mundo, ou, “o contato cotidiano entre diferentes [...], gerando formas de acolhimento, mas também ansiedades, temores, ressentimentos e novos lugares de antagonismo na política doméstica e global” (BURITY, 2018, p. 23). A população reage a partir de um questionamento à ordem liberal, em um processo de revisionismo histórico e “um sentimento de rejeição antissistema mais profundo e complexo” (GALLEGO, 2019a, p. 12). Esse movimento, interno aos territórios, de proteção contra uma ameaça externa, inviabiliza a manutenção da modernidade, já que se verifica o início da dissolução dos padrões da colonialidade. Os mecanismos de força que imperam sobre a sociedade são postos em questionamento e o inimigo passa a ser a própria população.

Disto, depreende-se o enfraquecimento do Estado de bem-estar social no final do século XX, o que provocou uma reinserção da religião no espaço público, servindo como mecanismo de explicação da realidade, contrapondo-se à racionalização e burocratização dos governos: o que antes dizia respeito ao âmbito privado na vida cotidiana, passa a ser disputado por diferentes grupos religiosos, sobretudo evangélicos neopentecostais. A religião como ideologia, com dogmas específicos e preceitos com capacidade explicativa sobre o mundo, pode contribuir para a despolitização daqueles corpos que não performatizam suas normas.

Assim, temos o papel preponderante da relação entre a extrema-direita e a religião e sua vertente avessa às diferenças, tidas como naturais e necessárias para a ordem social (PIERUCCI, 1987, p. 29). Essa direita moralista no Brasil, interliga-se com a atuação de religiosos evangélicos e neopentecostais no ambiente público, cuja capacidade de inserção social é ampla, graças a seu ativismo social, especialmente nas classes mais

“populares”, possuindo como objetivo principal, a despolitização das massas sobre questões morais (PIERUCCI, 1987, p. 33). Dessa forma, a reivindicação principal da extrema-direita cristã atualmente seria “o intervencionismo da legislação em moralidade sexual e familiar” (PIERUCCI, 1987, p. 43). O retorno ao tradicionalismo — social e historicamente construído — faz parte de uma busca de um revisionismo incansável, de preservação de valores naturais/biológicos e cristãos que fazem parte do imaginário popular, reforçado por discursos de lideranças e instituições políticas e religiosas.

A proteção de certos valores tradicionais, e principalmente da família como parte central desses valores, ganhou importância como uma oposição particular a alguns direitos sexuais que estão transformando as estruturas familiares tradicionais. Setores conservadores se apresentam como defensores destes valores inegociáveis, que pertencem a uma essência cultural que forma a identidade da comunidade. Nessa perspectiva, o discurso familiar complementa e dá substância a esses valores tradicionais. [...] A família, no singular, é entendida como um modelo único, construído com base na heterossexualidade, procriação e casamento. O discurso sobre "a família" tem dois principais argumentos complementares: um que coloca ênfase na característica natural da família, e outro que coloca ênfase em sua característica tradicional (DEFAGO; FAÚNDES; VAGGIONE, 2018, p. 10-11, tradução livre).

Além de assumirem um papel de explicação da realidade e apaziguamento frente as rápidas transformações sociais, as religiões proporcionam um sentimento de pertencimento, em contrapartida, ao presumido descaso do Estado e o processo de individualização provocado pelo neoliberalismo. Dessa forma, embora apresentem diversas variáveis que apontem para o enfraquecimento do sistema democrática, tal efeito é contornado através do envolvimento social das igrejas e lideranças evangélicas neopentecostais (FREESTON, 2004, p. 35). A relação entre o neoconservadorismo e a religião, portanto, encontra-se em seu uso por políticos de direita como justificativa para o controle sobre a sexualidade e demais marcadores sociais da diferença.

Dessa forma, considerando as abordagens apresentadas até o momento, podemos identificar o Brasil atual como uma democracia iliberal, com a presença de onda conservadora situacional, na medida em que busca resgatar elementos históricos-coloniais e (re)inserí-los na sociedade como ferramenta organizacional. Ademais, tal fenômeno não é isolado e sim, uma resposta às mudanças na própria ordem internacional presenciada em diversos países ocidentais, encadeando em um cruzamento de crises que respondem a determinados interesses do capital internacional. O enfraquecimento do Estado é refletido na instabilidade política, econômica e social nacional e internacional, tendo como resultado, a fragilização da agenda dos direitos humanos e avanços sociais das últimas décadas.

2 DIREITOS E MOVIMENTO LGBTI+ FACE AOS RETROCESSOS DO BOLSONARISMO NA POLÍTICA BRASILEIRA

Este capítulo será dedicado à compreensão do caso brasileiro, como parte inerente deste avanço mundial do neoconservadorismo e da chegada da extrema-direita ao poder e como isso faz parte de um longo processo de erosão democrática observado nos últimos anos. Por conseguinte, o debate até então realizado será aqui plasmado e melhor direcionado ao estudo da realidade brasileira na atualidade e seus impactos à comunidade LGBTI+. Observaremos como as ações e falas de Bolsonaro e seus aliados têm influenciado na intensificação do ódio contra esse grupo social, apresentando dados de organizações nacionais e internacionais.

2.1 BOLSONARISMO: ENTRE A NOVA DIREITA, A EXTREMA-DIREITA E A DIREITA CRISTÃ, O NEOCONSERVADORISMO À LA BRASILEIRA

Com o maior espaço conquistado por novos atores no cenário político das últimas décadas, a nova direita, a direita conservadora, a extrema-direita e demais variações, assumem um papel relevante de contestação da ordem global, pondo em questionamento a lógica liberal que permeou o sistema internacional até o momento. Como foi abordado no capítulo anterior, movimentos políticos populistas neoconservadores compreendem uma junção entre diversos ideais majoritariamente contrários aos valores compartilhados pelas democracias liberais ocidentais, quiçá, o respeito pela diversidade. Dessa forma, para compreender o fenômeno nomeado como bolsonarismo — um movimento populista de direita, com tensionamentos ao extremismo e aliado ao campo religioso —, faz-se necessário incluí-lo em um processo mais amplo de reformulação da própria concepção de democracia percebida em diferentes regiões do mundo.

Jair Messias Bolsonaro⁸ é um ex-militar que foi deputado federal do Rio de Janeiro por sete mandatos consecutivos antes de iniciar sua pré-candidatura a presidente. Em 2018, foi eleito com pouco mais de 55% dos votos, através da Coligação Brasil Acima de Tudo, Deus Acima de Todos (PSL/PRTB) — esta, inclusive, sendo seu slogan de campanha. Dentre as pautas defendidas durante sua carreira política estão, a defesa das

⁸ Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/conheca-a-presidencia/biografia-do-presidente>. Acesso em: 18 jun. 2022.

forças armadas, a desburocratização do sistema judicial, com destaque para o tema anticorrupção, maior liberdade no uso da força por policiais, a posse de arma aos cidadãos e o voto impresso; no campo das morais e dos bons costumes, é um amplo defensor de valores cristãos e do que acredita ser a família tradicional brasileira, contrário a questões como o direito ao aborto e ao casamento igualitário.

Seus ideais pautaram sua trajetória política, tendo se intensificado após as eleições de 2014, com a reeleição de Dilma Rousseff (2011-2016), além do seu papel de destaque no processo de impeachment da última, a figura de Bolsonaro ganhou grande repercussão durante a campanha eleitoral em 2018. Entretanto, assim como outras lideranças da extrema-direita mundial, Bolsonaro foi ignorado em um primeiro momento pela mídia tradicional e alguns setores da oposição, ao não qualificarem sua possível vitória. Através de falas polêmicas, Bolsonaro se utilizou da propagação das chamadas *fake news*⁹ como forma de engajamento popular (elemento presente também na eleição de Donald Trump em 2016, por exemplo). Segundo Esther Gallego (2019a, p. 17-18), a principal característica utilizada por Bolsonaro nesse período, é a instrumentalização de valores morais no ataque ao campo progressista, notadamente, indivíduos que questionam a família tradicional cristã-brasileira como norma:

A candidatura de Bolsonaro foi erguida e potencializada na negação das diferenças políticas e na moralização do debate público, apresentando os adversários como inimigos não só de ordem política, mas também de ordem moral e religiosa. É a política da inimizade. O outro é o negativo absoluto, o mal, aquele que ameaça minha forma de existência e, portanto, deve ser exterminado. Obviamente se trata de apelo contínuo ao medo e de manipulação dos afetos negativos como instrumento político (*Idem*).

Em seu plano de governo para as eleições de 2018, intitulado “Projeto Fênix”, Bolsonaro propõe um governo “constitucional, eficiente e fraterno”, baseado na defesa da liberdade, guiando o país para fora da crise, “Um governo que devolva o país aos seus verdadeiros donos: os brasileiros”¹⁰. A propriedade privada, a família e a verdade foram os valores e compromissos escolhidos para guiar a campanha. Seu projeto neoconservador e neoliberal para o Brasil consistia em um governo menos burocratizado, a partir do fortalecimento de instituições como as forças armadas e órgãos de justiça. Como

⁹ Essa ferramenta de mobilização popular emprega elementos comuns a população, misturando-os com características fantasiosas, que servem como mecanismos de união frente a um inimigo construído por essas campanhas de desinformação, visando atingir indivíduos pré-dispostos a manipulação político-midiática.

¹⁰ Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2018/2022802018/BR/280000614517>. Acesso em: 21 jun. 2022.

resultado, o Estado não deveria interferir em nenhum aspecto da vida dos cidadãos, seja na política, na economia ou nos direitos humanos.

Estes elementos são trasladados ao fenômeno que leva o seu nome, interligando diversos setores e classes sociais. Apesar de divergirem em alguns temas, como a economia, por exemplo, seus aliados são majoritariamente promotores do lema “contra tudo que está aí”. Isto significa que, o bolsonarismo, assim como seus semelhantes ao redor do mundo, é um movimento revisionista *anti-establishment* por vias democrático-liberais, contando com um viés populista de direita, onde esses pilares são manipulados de modo a intensificar a polarização político-social no país.

Assim, Bolsonaro governa para sua base eleitoral, uma fração da população com características específicas e convergentes, mas o suficiente para manter a mobilização social em um constante “caos” (NOBRE, 2019)¹¹ — especialmente através das mídias sociais e cobertura jornalística; reúnem-se nesse grupo, “o “lava-jatismo”, o antipetismo, o antissistema, o voto nulo, o abstencionismo, o conservadorismo de costumes, o desejo de “lei & ordem”, [dentre outros]”. Como resultado, surgem manifestações de revolta e indignação por parte desses indivíduos que se veem representados por um político “comum”, com linguagem simples, capaz de falar verdades que outros não conseguem, o “mito”, como é conhecido. Segundo o ex-ministro Ernesto Araújo (2019): “O mito ensina a não ter medo, e é curioso que o mito é o mito e no momento atual o mito é o apelido carinhoso que o povo brasileiro deu ao presidente Bolsonaro”.

Segundo Isabela Kalil (2018) é possível identificar cerca de 16 perfis de eleitores fiéis de Bolsonaro, são eles: pessoas de bem; masculinidade viril; *nerds*, *gamers*, *hackers* e *haters*; militares e ex-militares; femininas e “bolsogatas”; mãe de direita; homossexuais conservadores; etnias de direita; estudantes pela liberdade; periféricos de direita; meritocratas; influenciadores digitais; líderes religiosos; fiéis religiosos; monarquistas; e, isentos¹². Nesse sentido, tais indivíduos são caracterizados como “cidadãos do bem”, os verdadeiros patriotas, em contrapartida a todos aqueles identificados como de esquerda, e uma ameaça à ordem social. Todos convergem em uma questão — a utilização do ambiente virtual como mobilização popular nas ruas. O que tais

¹¹ A base eleitoral de Bolsonaro é conformada, majoritariamente, por homens brancos que pertencem a religiões evangélicas, moram na região Sul do país e ganham em média cinco salários mínimos (acrescentamos também, a homossexualidade como fator determinante para a ansiedade sexual, elemento apresentado anteriormente). Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-caos-como-metodo/>. Acesso em: 15 abr. 2022.

¹² Para mais detalhes acerca de cada perfil, ver em: <https://blogdaboitempo.com.br/2018/10/23/qual-o-poder-do-whatsapp-quem-sao-e-no-que-acreditam-os-eleitores-de-bolsonaro/>. Acesso em: 18 ju. 2022.

manifestações de direita têm conseguido fazer, desde 2013, é a ocupação de espaços historicamente de reivindicação de direitos pela esquerda; as ruas são tomadas por discursos de redução de privilégios e não, a conquista de avanços sociais como outrora já foi. Essa pesquisa demonstra como os articuladores da campanha de Bolsonaro fragmentaram seu discurso para alcançar todos esses perfis, através de uma linguagem própria; através da “falta de coerência, baixa capacidade de articulação política ou ainda a presença de posicionamentos desprovidos de sentido” (KALIL, 2018), a base de apoio do governo Bolsonaro se tornou cada vez mais ampla.

Para Francisco da Silva (2019, p. 47-48), essa articulação da extrema-direita conforma discursos de ódio semelhantes ao fascismo, ao utilizar certas temáticas e revertê-los em torno de suas próprias perspectivas, tornando o caos do mundo em algo reconhecível para aqueles em conflito com a direção em que a sociedade tomou. Em complementaridade, Renato Ortiz (2020) define essa linguagem como a “Língua Franca do Boçalnarismo” (LFB), marcada não só pela forma simples de se comunicar, mas também por uma “estrutura de pensamento”, que ao final, tornaria banal a si mesmo, pois “Todo sistema autoritário almeja a disciplinarização da linguagem; ela exprime, no domínio público, as virtudes de sua atrocidade”. Sua função seria a de diminuição, inferiorização do outro através de um discurso violento que desfaz a realidade: “[...] a agressividade discursiva investe no seu apagamento, na correção do comportamento de quem é percebido como um perigo” (*Idem*).

Dessa forma, o bolsonarismo pode ser compreendido então, como uma política guiada por discursos de ódio, a partir da invenção, construção e manutenção de uma identidade nacional baseada na separação deles — governo Bolsonaro — e os outros — inimigos reforçados constantemente por políticas públicas excludentes.

Neste sentido, o bolsonarismo é aqui entendido como um fenômeno político que transcende a própria figura de Jair Bolsonaro, e que se caracteriza por uma visão do mundo ultraconservadora, que prega o retorno aos “valores tradicionais” e assume uma retórica nacionalista e “patriótica”, sendo profundamente crítica a tudo aquilo que está minimamente identificado com uma esquerda e o progressismo. Tal visão ganhou bastante força nesta última década em várias partes do mundo, se alimentando da crise da representação e da descrença generalizada na política e nos partidos tradicionais (DE FREIXO; PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 19).

Francisco da Silva (2019, p. 62-63) aponta que a extrema-direita utiliza a construção de uma “*novilingua*”, permitindo a comunicação entre os militantes, estabelecendo uma identidade comum em que o ódio se faz presente, reunindo pautas em

que se disputam significados e explicações sobre a realidade. Este fator pode ser percebido por meio das *lives* do presidente Bolsonaro desde que assumiu o governo, onde o espaço virtual é visto como forma de aproximação com os eleitores através de uma linguagem simples e informal; composta por desinformações, estas possuem a função de manter essa parcela da população fiel sobre temas comuns, como o sistema eleitoral, o exército e a imprensa, por exemplo¹³. A liderança do movimento possui um papel fundamental nesse processo (MELLO, 2020, p. 118), pois é a representação mais visível dele, próximo o suficiente para interagir com o “povo”, mas ao mesmo tempo sendo um herói nacional, ao ser apresentado com poderes garantidos por Deus para guiar a nação.

Nesse aspecto, Debora Messenberg (2019, p. 36-45) realiza um estudo sobre os discursos das principais lideranças bolsonaristas em mobilizações antigoverno durante 2015, dentre elas o próprio presidente Jair Bolsonaro (ainda como deputado federal), com enfoque nas redes sociais, dividindo três principais campos semânticos: antipetismo, conservadorismo moral e princípios neoliberais. Centrando-se no segundo elemento, têm-se as principais ideias-forças: família tradicional, resgate da fé cristã, patriotismo, anticomunismo, combate à criminalidade/aumento da violência e oposição às cotas raciais. O moralismo é central para compreender a extrema-direita e sua atuação no que tange a comunidade LGBTI+, justificado pelas ansiedades advindas de um “outro” que não lhes é igual, o qual não se dá oportunidade de entender antes mesmo de atacar verbalmente, no âmbito virtual ou público (MESSEMBERG, 2019, p. 41-42).

Essa mobilização é realizada por diferentes atores, como políticos tradicionais, ativistas, artistas, acadêmicos e lideranças religiosas, por exemplo. O último observou um crescimento significativo nas relações sociais, um dos setores que conformam a base de apoio de Bolsonaro¹⁴. Juntamente com os evangélicos, temos o exército e o agronegócio fechando o que ficou conhecido como a “bancada da bala, do boi e da bíblia”. Em outros termos, esses três eixos conformam o bolsonarismo, pois nele convergem-se pautas conservadoras a serem inseridas no sistema político brasileiro, barrando políticas progressistas e reduzindo ou até mesmo destruindo avanços sociais.

¹³ Em pesquisa realizada pela *Lagom Data* para o jornal *El País*, a instituição apresentou dados referente às *lives* no YouTube realizadas por Jair Bolsonaro desde 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-07-25/radiografia-das-lives-e-discursos-de-bolsonaro-mostra-escalada-de-autoritarismo-e-desinformacao.html>. Acesso em: 13 jun. 2022.

¹⁴ Segundo o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), as eleições de 2018 apresentaram um aumento de 10% na eleição ou reeleição de candidatos da bancada evangélica; contudo, o maior destaque está para o aumento consideravelmente elevado no número de votos para tais políticos. Disponível em: <https://www.diap.org.br/index.php/noticias/noticias/88900-eleicoes-2018-bancada-evangelica-cresce-na-camara-e-no-senado>. Acesso em: 26 abr. 2022.

Essa “Direita Cristã”, como também é conhecida, caracteriza-se “como um movimento social moderno que atua na esfera pública com base em valores socialmente conservadores (no sentido de conservar o corpo social e seus valores constituintes)” (NEVES; WACHHOLZ, 2021, p. 170-171 apud Conger, 2019). Esse movimento culminou na construção de um bloco evangélico no Congresso, como ferramenta de articulação de temas esquecidos ou considerados conservadores pela esquerda, onde se manteve, majoritariamente, a defesa de pautas conservadoras. Apesar de não possuírem uma coesão quanto às temáticas defendidas, tampouco uma autoridade central, a Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional (FPE), ou bancada evangélica, é constituída por vários centros de poder e por diferentes grupos políticos, ligados às distintas vertentes do mercado evangélico contemporâneo.

A expansão neoconservadora dos pentecostais é realizada ainda sob os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), em um cenário que se observa após a Crise de 2008 de falência do Estado de bem-estar social, onde se rejeita a responsabilidade dessa instituição para com os cidadãos. Nesse processo, forças de direita (já presente nos ambientes políticos), veem uma oportunidade de assumir posições de destaque no governo e inserirem uma lógica de destruição de assertividades às minorias, em um movimento de resgate de certos privilégios. Segundo Jason Stanley (2018, p. 86-87), essa “vitimização de grupos dominantes frente à perspectiva de terem que dividir igualmente o poder com membros de grupos minoritários” é uma ferramenta amplamente utilizada por políticos de direita como mecanismo de mobilização popular. Deste modo, o impacto dos neopentecostais, ou “evangélicos”, está em seu prejuízo à democracia em um Estado laico, visto seu projeto político de publicização da religião e sua instrumentalização para fins políticos (BURITY, 2018, p. 16).

A ligação da religião com Bolsonaro remonta de sua atuação como deputado federal; em demonstração simbólica de tal aliança, Bolsonaro — que não é declaradamente evangélico, mas sim católico — batizou-se na Igreja Universal do Reino de Deus (Imagem 1); o mesmo também já afirmou que “estado é laico, mas Jair Bolsonaro é cristão”¹⁵, embora seja importante lembrar a constitucionalidade de sua fala, tendo em vista que a liberdade religiosa é prevista por Lei. Embora não explique a ligação entre o bolsonarismo e grupos evangélicos, a campanha eleitoral de Bolsonaro em 2018 representa uma de suas sinalizações para esse grupo, tendo sido marcado pelo seguinte trecho bíblico:

¹⁵ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/02/08/presidente-em-evento-evangelico-estado-e-laico-mas-bolsonaro-e-cristao.htm>. Acesso em: 21 abr. 2022.

“E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará” (JOÃO 8: 32), buscando demonstrar que seu intuito, caso vencesse, seria a libertação do Brasil através de algo que somente através da figura de Bolsonaro seria possível: o “Messias” salvador da pátria e promotor dos valores cristãos. Em um caso mais recente, o apoio evangélico ao governo Bolsonaro foi realizado durante a “Marcha da Família Cristã Pela Liberdade”¹⁶, na qual reuniram em todo o país, manifestantes de diferentes congregações em defesa das políticas bolsonaristas (Imagem 2).

Imagem 1 - Batismo de Bolsonaro em 2016



Fonte: Veja (2021). Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/matheus-leitao/a-bancada-evangelica-e-seu-projeto-de-poder/>. Acesso: 6 abr. 2021.

Imagem 2 - Manifestantes na Marcha da Família Cristã Pela Liberdade em 2021



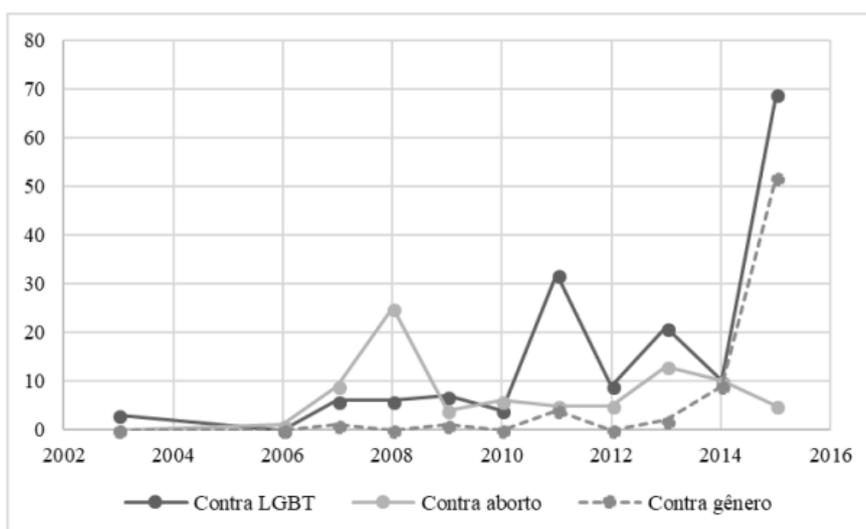
Fonte: Esquerda Diário (2021). Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Bolsonaristas-se-manifestam-em-vergonhosa-e-reacionaria-Marcha-da-Familia>. Acesso em: 25 abr. 2022.

¹⁶ Destaca-se sua semelhança com a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” ocorrida durante a Ditadura Civil-Militar brasileira, “contra a ameaça comunista” e favorável ao golpe.

Nesse sentido, a eleição de políticos evangélicos e a inserção da pauta nos debates políticos seria um reflexo da situação atual, segundo a concepção e conservadorismo situacional de Huntington, apresentada anteriormente; estes contribuem e tendem a uma homogeneização nas pautas defendidas na Câmara e no Senado, destacando o uso das mídias, durante e após a campanha eleitoral.

Isto, por sua vez, reflete nos demais órgãos brasileiros. Como observado abaixo (Gráfico 1), houve um salto no crescimento de posicionamentos contrários a temas ligados à comunidade LGBTI+ na Câmara dos Deputados a partir de 2014, com a eleição de Dilma Rousseff (2011-2016) e a consequente continuidade do PT no comando federal. Tal fenômeno pode ser compreendido pela presença crescente das narrativas acerca da ideologia de gênero, especialmente após 2010, com a incorporação de pautas conservadoras e religiosas em projetos de lei durante os mandatos de Dilma. Em relação ao salto em 2014, é preciso destacar o impacto dos arranjos políticos que culminaram com o impeachment da ex-presidente em 2016, já que os mesmos auxiliaram no enfraquecimento do sistema judicial e da confiança geral da população para com o governo. Estes motivos, por sua vez, auxiliaram na maior difusão no Senado Federal e da Câmara dos Deputados de pautas antiprogressistas, tais quais como anti-aborto, contra a chamada ideologia de gênero e direitos LGBTI+.

Gráfico 1 - Temáticas combatidas na Câmara dos Deputados (2002-2016)



Fonte: Lacerda, 2018, p. 73.

Tais medidas buscam frear avanços e direitos já conquistados, interligando

problemas sociais com a comunidade LGBTBI+, além de inserir a gestão de tais temáticas pelo campo religioso. Alguns Projetos de Lei no Congresso nesse período são: PL 620/15, da ex-Deputada Júlia Marinho (PSC/PA), que buscava proibir a adoção por casais homoafetivos; PL 3235/15 do Dep. Marco Feliciano (PSC/SP), que tinha como objetivo a criminalização do comportamento entendido como indutor da ideologia de gênero; e, PL 5487/16 do ex-Deputado Victório Galli (PSC/MT), o qual visava proibir o ensino, bem como a distribuição de livros com conteúdo sobre diversidade sexual nas escolas públicas.

Nesse aspecto, é preciso abordar o impacto da retórica acerca da ideologia de gênero — como fenômeno global — para a articulação política entre grupos de direita no governo e seu impacto na radicalização social da comunidade LGBTBI+. Na América Latina, diferente da Europa, não apresenta apenas atores da direita, contendo também grande participação de grupos católicos e evangélicos conservadores. No Brasil essa mobilização possui fins eleitorais, vinculando neoconservadorismo e neoliberalismo, com ideais anti-estatais e anti-gênero, “mas também ativistas de classe média que aspiram por uma ordem social autoritária e ainda um ativismo da direita judaica com conexões transnacionais fortes” (CORRÊA; PATERNOTTE; KUHAR, 2018). Esta, corresponde a uma estratégia retórica-política, utilizada por movimentos anti-intelectuais, antielitismo e religiosas, visando acabar com a “ideologização” de crianças e adolescentes nas escolas, mas também em diversos espaços públicos, por setores da esquerda ou meramente progressistas, sobre questões de sexualidade e gênero (LIONÇO, 2020, p. 373):

Como elemento central de uma teoria conspiracionista antiglobalismo, a “ideologia de gênero” pode ser compreendida como estratégia política para a adoção de medidas estatais de negação de direitos e de perseguição política, embora legitimadas por meio do cumprimento dos ritos democráticos que implicam, necessariamente, a argumentação pública razoável (LIONÇO, 2020, p. 374).

Em 2020 o mundo foi atingido pela pandemia da Covid-19 — ainda presente no momento de escrita deste trabalho —, necessitando uma atuação forte do Estado. Destacamos que a mesma aprofundou os problemas já presenciados pela comunidade LGBTBI+, fazendo parte então, de um problema maior, que é estrutural e inerente à colonização. Esta não será tratada neste trabalho, pois não faz parte de sua proposta; contudo, não significa que não possua sua relevância para o descaso do Estado brasileiro e demais países aqui citados. Vale, no entanto, refletir acerca do posicionamento negacionista do governo Bolsonaro durante este período, ocasionando prejuízos imensuráveis para a sociedade brasileira e mundialmente, ao negar o tamanho do problema

ou mesmo sua existência. Nessa situação, pessoas LGBTI+ se veem ainda mais marginalizados, um dos grupos sociais mais prejudicados por medidas de isolamento social e consequências econômicas delas decorrentes, dentre outros problemas.

2.1.1 “Contra tudo que está aí” e o modelo de governar bolsonarista

A partir dessa explicação, analisaremos as principais manifestações de Jair Bolsonaro sobre temas que envolvem diversidade sexual e de gênero em sua trajetória política e como se relaciona com os elementos presentes no fenômeno bolsonarismo. Nesses processos, iremos focalizar nos discursos mais recentes, a partir de 2010, visando identificar sua relação com o processo de questionamento da ordem advinda desse movimento e a sua influência na eleição de Bolsonaro como presidente.

Em 2011, Jair Bolsonaro participou de um programa de televisão humorístico em que afirmou que o fato de ser um pai presente e uma forte educação garantiria que seus filhos não se tornassem homossexuais, declarando ainda que “ninguém tem orgulho de ter um filho gay ou uma filha lésbica”. Quando questionado sobre suas falas, defendeu-se alegando que, no momento, referiu-se ao chamado “kit gay”, teoria conspiratória presente entre os bolsonaristas e encabeçada pelo então deputado federal¹⁷.

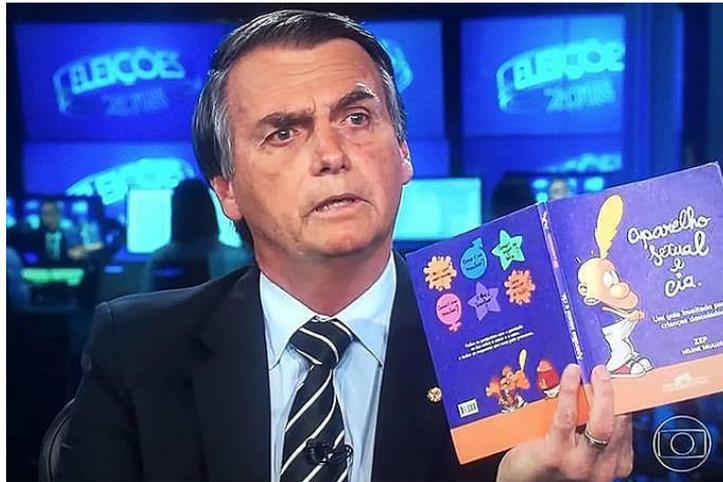
O “kit gay” é uma ferramenta de desinformação e ódio que mobiliza a população contra a pauta LGBT, visto que assume a presença de conteúdo sexual ensinado nas escolas e promovido pelo Ministério da Educação (MEC) durante os governos do PT (BULGARELLI, 2020, p. 394-395); tal iniciativa possui grande sucesso, já que relaciona a questão da infância e adolescência com aquilo que acreditam ser a decadência dos valores e costumes¹⁸. O que foi formulado como uma cartilha para instruir professores e estudantes acerca da diversidade sexual e de gênero, bem como, sobre questões de saúde e segurança para o “Escola Sem Homofobia” (2011) — iniciativa do programa federal chamado “Brasil sem Homofobia” (2004) —, tornou-se uma “doutrinação”, um guia que os afastariam dos valores tradicionais cristãos, estimulando a sexualidade precoce e instituindo uma suposta heterossexualidade e cisgeneridade *à priori* (BULGARELLI, 2020,

¹⁷ Sobre o caso, Jair Bolsonaro foi condenado a pagar 150 mil reais ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDDD) por suas declarações. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/09/14/stj-manda-ao-stf-recurso-de-bolsonaro-contr-condenacao-por-fala-homofobica.htm>. Acesso em: 29 abr. 2022.

¹⁸ Segundo uma pesquisa realizada em 2018 pela IDEIA Big Data/Avaaz, mais de 83% dos eleitores de Bolsonaro acreditavam no “kit gay”. Disponível em: <https://www.brasil247.com/brasil/84-dos-eleitores-de-bolsonaro-acreditam-no-kit-gay-diz-pesquisa>. Acesso em: 18 jun. 2022.

p. 400-401). Em 2018, durante campanha presidencial, utilizou de seu tempo em uma entrevista em um jornal de destaque nacional para alinhar seus ideais à tal conspiração, contribuindo para a difamação do candidato de maior destaque de esquerda, Fernando Haddad (PT), Ministro da Educação durante os programas citados (Imagem 3).

Imagem 3 – Bolsonaro apresenta “kit gay” em cadeia nacional



Fonte: Brasil de Fato (2018). Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/10/16/tse-confirma-que-kit-gay-nunca-existiu-e-proibe-fake-news-de-bolsonaro>. Acesso em: 18 jun. 2022.

Tal elemento fica evidente na entrevista concedida por Bolsonaro a Elliot Page para a série VICE Gaycation, realizada em 2016, que buscou expor a situação da comunidade LGBTI+ em diversos países¹⁹. Em sua fala, fica evidente a clareza em que o ex-deputado federal possui sobre o impacto de seu posicionamento homofóbico e machista sobre a sociedade brasileira e seu descaso com o mesmo. Segundo ele, a questão não é ele ser essa pessoa, mas sim, a ameaça que indivíduos LGBTs apresentam às crianças e à família brasileira: “A minha briga sempre foi e será contra a distribuição do material escolar para o público a partir de seis anos de idade. É só isso”. O argumento principal de Bolsonaro seria que o ‘ser homossexual’ é comportamental e situacional: “Quando eu era jovem, falando em percentual, existiam poucos. Com o passar do tempo, com as liberalidades, drogas, a mulher também trabalhando, aumentou-se bastante o número de homossexuais”. Ainda, acrescenta o que acredita ser a solução para o problema: a violência física como meio corretivo, argumentando que “Se você estimular desde criança e mostrar que é normal isso, não é normal aquilo, seja lá o que for normal, a criança vai praticar aquilo”. Em vários momentos dessa entrevista Jair Bolsonaro usa a palavra ‘normal’ para atacar a

¹⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3pautVX23IY>. Acesso em: 10 abr. 2022.

comunidade, afirmando que o “comportamento gay” não é aceitável, natural e que o estímulo desde cedo é o que permite a “libertinagem”: “Eu costumo dizer também se um filho começa a andar com certas pessoas que têm certos comportamentos, ele vai ter aquele tipo de comportamento. Vai achar que é normal”.

Em 2019 já como presidente da República, Bolsonaro afirmou que a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em criminalizar a lgbtfobia, enquadrando-a como crime de racismo, teria sido “completamente equivocada”, argumentando acerca de uma legislação do órgão sobre o assunto e como isso prejudicaria as pessoas LGBTI+ ao serem constrangidas no âmbito econômico²⁰. Ainda nesse ano, Bolsonaro discursou no Dia Internacional da Juventude²¹, onde apresentou em sua fala diversos elementos que conformam seu governo. A despeito, daremos destaque à parte na qual sua fala sobre a comunidade LGBTI+, assinalando que o papel do Estado em sua administração seria a de indicar o caminho correto aos jovens em direção à base familiar heterossexual, rejeitando a diversidade presente nos governos anteriores. Segue trecho de sua fala:

Se fosse 3, 4 anos atrás um evento como esse, talvez tivéssemos dois homens se beijando aqui na frente. Estimulando, desacreditando, desconstruindo a heteronormatividade, como está no Plano Nacional de Promoção e cidadania LGBT. Como estava. Nada contra quem quer ser feliz com um parceiro igual a si. Mas não podemos impor isso daí. Até nesse programa se falava em livros didáticos com essa temática para crianças a partir de 5 anos de idade. O que podemos esperar ao estimular jovens precocemente ao sexo? Já não basta termos crianças entre 9 e 19 anos serem responsáveis por 1.700 partos por dia? Será que não basta isso? Não devemos combater isso daí? A intenção não é estimular cada vez mais? Nós temos que ter, juntando aqui os Ministérios da Mulher, Direitos Humanos, de Família com a Educação, um casamento perfeito, para dar meios para essa garotada (BOLSONARO, 2019).

Assim, cabe destacar que o MMFDH afirma que a pauta LGBTI+ seria responsabilidade da Diretoria de Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (DPLGBT)²². O combate ao preconceito e à discriminação desses indivíduos seria desempenhado pela Secretaria Nacional de Proteção Global e, não pela

²⁰ Segundo o presidente, o acesso de leis prejudica as dinâmicas sociais, acrescentando seu desejo em indicar um ministro evangélico ao STF, o qual impediria decisões semelhantes de acontecerem. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/06/14/bolsonaro-disse-que-decisao-do-stf-sobre-homofobia-foi-completamente-equivocada.ghtml>. Acesso em: 6 abr. 2022.

²¹ Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos/2019/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-solenidade-de-celebracao-do-dia-internacional-da-juventude-palacio-do-planalto>. Acesso em: 12 abr. 2022.

²² No final de 2021, este órgão deixou de existir, onde a temática LGBT passou a funcionar juntamente com outras áreas “minoritárias”, no Departamento de Proteção de Direitos de Minorias Sociais e Populações em Situação de Risco.

Secretaria própria da temática que existia no antecessor. As principais atividades seriam (BRASIL, 2019):

- Coordenar os assuntos, as ações governamentais e as medidas referentes à promoção e defesa dos direitos da população LGBT;
- Coordenar as ações de implementação, monitoramento e aperfeiçoamento dos centros de referência em direitos humanos da população LGBT;
- Coordenar a produção, a sistematização e a difusão das informações relativas à população LGBT;
- Propor e incentivar a realização de campanhas de conscientização pública, visando à inclusão social da população LGBT.

Por conseguinte, a pastora Damares Alves, assume a pasta dos direitos humanos no governo Bolsonaro a partir da substituição do antigo Ministério dos Direitos Humanos (MDH) pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). Tal modificação insere-se no plano simbólico, na medida que sua renomeação apresenta um dos elementos, se não o principal, da política bolsonarista: a família, que como já apresentado, representa uma concepção específica, que certamente não compreende todas as suas formas presentes no âmbito nacional. A pauta LGBTI+ é interligada com outros temas de direitos humanos, sucateando o progresso que havia até então no Brasil.

Damares Alves²³ atuou como assessora parlamentar até assumir a pasta dos direitos humanos no governo Bolsonaro, tornando-se figura da chamada “ala ideológica” do governo e peça chave do bolsonarismo. Seu alcance como pastora representa a manutenção de uma parte do eleitorado do presidente — os evangélicos —, além de manter a imagem do governo e do próprio Bolsonaro com a defesa de valores cristãos e proteção da família tradicional e da infância²⁴. Em uma das suas declarações mais famosas, chegou a afirmar que uma “nova era” nos direitos humanos estava sendo implementada, onde “menino veste azul, menina veste rosa”²⁵, em um reforço de papéis tradicionais de gênero, além de constranger pessoas que não se identificam com os

²³ Durante o processo de escrita deste trabalho, houveram algumas mudanças na situação política do país, sendo uma delas a saída de Damares Alves do MMFDH para concorrer a um cargo no Senado Federal nas eleições de 2022. Optamos por manter a estrutura inicial, visto a importância de sua figura para o bolsonarismo e o tema desta pesquisa.

²⁴ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53980530>. Acesso em: 19 jun. 2022.

²⁵ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damares-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml>. Acesso em: 26 abr. 2022.

mesmos (BULGARELLI, 2020, p. 403). Contudo, apesar de polêmica, é necessário considerar que esse tipo de fala usualmente possui objetivos específicos de inferiorizar determinados grupos sociais, enquanto apela ao emocional de outros. Não somente Damares, mas a Secretária da Família, Angela Gandra, já afirmou que a família é o principal elemento do governo Bolsonaro, sendo “antídoto para comportamentos de risco, meio para reduzir o gasto público, alicerce da sociedade civil, promotora da tríade liberdade, autonomia e responsabilidade”, isto é, agente de coesão e organização social, ficando o Estado responsável pela garantia de sua proteção através de políticas públicas²⁶.

Nessa perspectiva, parte-se da ideia de que o Brasil, como nação, promove desde sua fundação, uma rejeição ao “diferente”, com presença de violência física e simbólica contra minorias sexuais. Esse fator é intensificado nos últimos anos com a prevalência de figuras da extrema-direita na política nacional como Jair Bolsonaro. Em seguida serão apresentados dados de relatórios acerca dessa violência.

2.1.2 O discurso de ódio contra a comunidade LGBTI+ em números

Conforme nos mostra o gráfico abaixo (Gráfico 2), houve um aumento considerável no número de assassinatos entre 1990 a 2020 de pessoas LGBTI+, em crescimento desde 2005. Apesar da relativa queda a partir de 2017, esse fator relaciona-se com a subnotificação e estrutura precária de acompanhamento e interpretação dos dados, tendo intensificado com o desmantelamento das eleições de 2018 (GASTALDI et al, 2021, p. 10). Em semelhança, o Atlas da Violência de 2021 do Fórum de Segurança, demonstra que houve uma queda a partir de 2018 do número de denúncias de violência (Anexo A), de lesão corporal (Anexo B) e de homicídio e tentativas de homicídio (Anexo C) contra pessoas LGBTI+ entre 2011 e 2019, segundo o Disque 100²⁷. Em pesquisa mais recente, o Observatório de Mortes e Violências LGBTI+ no Brasil apresenta 361 mortes em 2021²⁸, sendo 285 assassinatos, 26 suicídios e 5 outros casos; uma expressiva parcela das vítimas são pessoas não-brancas, jovens e da região Nordeste. Tais dados refletem um

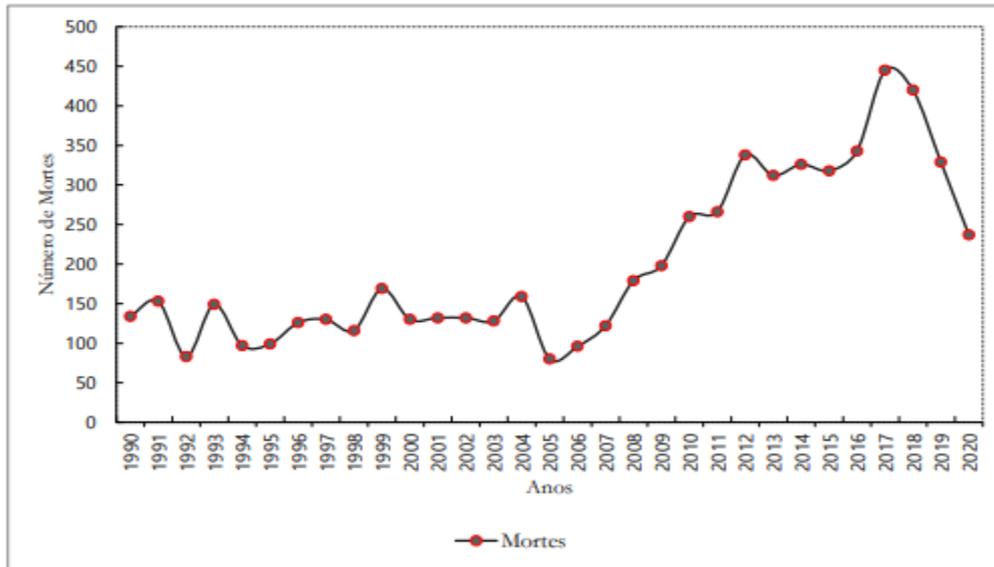
²⁶ Disponível em: <https://sxpolitics.org/ptbr/um-ministerio-para-uma-familia-distopia-e-familismo-2-0/12369>. Acesso em: 10 abr. 2022.

²⁷ O Atlas da Violência de 2018 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, não contém informações acerca da comunidade LGBT; a partir de 2019 passa a ser realizado uma pesquisa sobre esse grupo, onde desde 2020 é referido como LGBTQI+. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/atlas-da-violencia/>. Acesso em: 03 abr. 2022.

²⁸ Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/dossie/mortes-lgbt-2021/>. Acesso em: 13 jun. 2022.

problema estrutural, com tendência de crescimento nos últimos anos, considerando como o tema é tratado pelo governo brasileiro e a precarização na coleta de dados, que consequentemente dificulta o estabelecimento de políticas públicas.

Gráfico 2 - Número de mortes de LGBTI+ por ano 1990 a 2020



Fonte: GASTALDI et al, 2021, p. 9.

Segundo o relatório sobre a condição dos direitos humanos no Brasil da OEA (2021), há um regresso na promoção dos direitos de minorias sexuais e de gênero, aliado a um enfraquecimento institucional e acrescido pelo discurso de ódio em voga no país nos últimos anos. A falta de dados oficiais depreende dados oferecidos por organizações da sociedade civil, havendo um aumento de violência contra pessoas LGBTI+, a maioria homens gays. O relatório destaca a fragilidade de pessoas transexuais negras e em condição de rua, com maior probabilidade de sofrer condições mais violentas de discriminação e preconceito; por fim, também se acrescenta a vulnerabilidade dessa parcela em expor-se ao HIV/AIDS, sendo um elemento que perpetua o estigma sobre a doença e sobre a própria comunidade LGBTI+.

O relatório da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexuais (do inglês, ILGA) de 2020, aponta que apesar do avanço nas últimas décadas, da criação de algumas jurisdições nacionais de proteção da liberdade e cidadania de pessoas LGBTI+, não significa sua plena existência. Em relação às barreiras legais que impedem a liberdade de expressão em relação a questões de sexualidade e gênero, com destaque para a promoção da ideologia de gênero no Brasil (ILGA, 2020, p. 25). Em contrapartida, destacam a importância do enquadramento da LGBTfobia como crime de

racismo até que seja criada uma legislação própria para este crime, além do banimento oficial da chamada “terapia de conversão”, em voga desde 1990 (ILGA, 2020, p. 26-28).

Portanto, compreende-se que a falta de dados por parte do Estado brasileiro impossibilita sua própria responsabilização para com a construção de políticas públicas direcionadas às demandas da comunidade LGBTI+. Os constrangimentos que prejudicam tal coleta reflete o desinteresse na preservação dos direitos conquistados através de um histórico de violência; visto que as estruturas burocráticas nesse processo, como a policial e jurídica, não possuem urgência no tratamento sobre casos de lgbtfobia. O seu enquadramento como crime de racismo, logo, não possuindo uma jurisdição própria, também se apresenta como um empecilho para a realização de um levantamento de dados propriamente corretos. Por fim, despontam-se os problemas relacionados ao estigma social e familiar sobre as identidades de gênero e sexualidade, fazendo com que as vítimas não registrem o ocorrido ou, em casos mais graves, não seja tratado como tal.

3 POLÍTICA EXTERNA, POSICIONAMENTO E CONSTRUÇÃO DE ALIANÇAS: GÊNERO E DIVERSIDADE, E A NOVA AGENDA INTERNACIONAL BRASILEIRA

Este capítulo compõe a identificação da Política Externa Brasileira (PEB) após o período de redemocratização até a eleição de Bolsonaro em 2018, onde se identifica uma guinada à direita no Ministério das Relações Exteriores (MRE) sob liderança de Ernesto Araújo até 2021. Apresentaremos como este, apoiado nos ideais promulgados pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) de Damarens Alves, constrói alianças internacionais com países em similar erosão democrática. Para tal, serão analisados os casos de Hungria e Polônia, para exemplificar as implicações de políticas conservadoras para a comunidade LGBTI+, culminando com a máxima da elaboração da Declaração do Consenso de Genebra em 2020.

3.1 A DEMOCRATIZAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA: UMA POLÍTICA PÚBLICA ENTRE A IDEOLOGIA E O PRAGMATISMO

O mundo pós-Guerra Fria demandou uma reformulação no modo de se observar a realidade, bem como, da própria prática política. Isto reflete na demanda por reorganizar as interações entre países, mas principalmente, na compreensão dos efeitos da atuação internacional de outros atores para além dos Estados. Dessa forma, temos que as próprias relações internacionais são impactadas pela ampliação das práticas de política externa. Assim, o papel do Estado é flexionado e constrangido para suportar essas transformações, na medida em que passa a ser compreendido o âmbito doméstico e internacional como esferas interligadas, influenciando-se mutuamente, onde seus inúmeros interesses se encontram.

De tal modo, coube modificar a concepção da noção de Política Externa Brasileira (PEB) — tradicionalmente ligada a temas securitários —, para incorporar as novas demandas, dando ênfase à participação social na tomada de decisão de estratégia internacional. Com isso, passa a englobar variáveis internas aos assuntos internacionais já observados, caracterizando-se como uma política pública, compreendendo a atuação do Estado para além do ambiente doméstico, considerando inclusive, os diferentes elementos que refletem nas decisões sobre a atuação do Brasil no ambiente internacional (MILANI; PINHEIRO, 2013, p. 21). Tais características importam na medida em que a crescente

presença brasileira no cenário exterior, trazem resultados à própria dinâmica e construção da nação, impactando diretamente o cotidiano da população.

Segundo Carlos Milani e Leticia Pinheiro (2013, p. 21-24), essa modificação resulta em cinco fatores principais: (i) sua diferenciação para com a internacionalização de atores não-estatais; (ii) a necessidade de uma “autorização estatal”; (iii) sua desvinculação inclusive com a ideia de interesse nacional; (iv) o seu reconhecimento como uma política, logo, condicionada aos jogos políticos; e finalmente, (v) o entendimento de que a mesma não deva possuir algum privilégio ou possuir valor diferente das demais políticas.

Compreende-se o plano internacional como um ambiente que possibilita a influência e abrangência de temas e demandas advindas do próprio setor doméstico, onde “tanto a ordem internacional como a doméstica, apesar das desigualdades e das diferenças que conformam suas estruturas, deixam em aberto – e de modo nem sempre previsível – vários espaços para a ação política” (MILANI; PINHEIRO, 2013, p. 18). Nesse processo, ocorre uma politização da política externa, surgindo a convergência de temas e agentes que provocam mudanças sociais a partir da atuação externa do Estado (MILANI, 2012, p. 38-39). Por consequência do próprio curso da redemocratização, têm-se dois elementos:

a) a da ampliação das agendas de política externa e sua complexificação, de forma que as ações externas do Estado passam a influenciar mais nitidamente a vida cotidiana dos cidadãos comuns (e a serem percebidas dessa maneira por eles próprios); b) a do aumento da demanda por participação nos processos de formulação e execução das políticas do Estado em geral e da política externa em particular, processo este influenciado pela onda democratizante de finais da década de 1980 e pelo chamado boom das organizações não governamentais no início dos anos 1990 (MILANI, 2012, p. 39).

Entende-se como a própria globalização teria proporcionado uma democratização das políticas públicas, ao inserir diferentes interesses internos acerca de um mesmo tema que possua interferência externa (MILANI, 2012, p. 41). Carlos Milani (2012, p. 42) chama atenção para a importância que isto teve para que “a política externa brasileira adquirisse um caráter mais transparente e democrático, permitindo maior acesso da sociedade brasileira às decisões de política externa”.

Nesse sentido, se observa uma expansão de políticas externas pragmáticas em ambientes multilaterais, buscando distanciar-se de décadas de influência de ideologização durante a Guerra Fria. Na América Latina, há uma tendência a convergir ambas as perspectivas em sua política externa, sendo o Brasil um bom exemplo, contudo, “the dichotomy is by no means between value-free pragmatism and value-oriented ideology”

(GARDINI; LAMBERT, 2011, p. 4). Dessa forma, a estratégia brasileira corresponde à promoção de valores como, a defesa dos direitos humanos, proteção do meio ambiente e resolução pacífica de conflitos, por exemplo, como política de Estado — isto é, princípios seguidos por todas as administrações — ao passo que cada governo se utiliza desses princípios conforme sua perspectiva — ou seja, uma política de governo.

3.2 POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA ENTRE A REDEMOCRATIZAÇÃO E O IMPEACHMENT EM 2016

Essa abertura do ambiente doméstico ao plano internacional nos países latino-americanos, como o caso do Brasil, tendo passado por processos de redemocratização e liberalização econômica nos moldes neoliberais, provocou a inserção de atores e temáticas no debate acerca de sua projeção internacional. O que antes dizia respeito apenas uma elite política com um perfil específico, gera uma reação em que vários grupos de interesse da sociedade civil invocam seu desejo de participação, “em um contexto que poderíamos rotular de demanda reprimida por participação em questões internacionais” (MILANI; PINHEIRO, 2013, p. 17).

Um fator essencial para essa mudança, foi a cada vez mais presente institucionalização dessa área, resultando em uma aproximação da sociedade civil às temáticas internacionais, convergindo para a incorporação da mesma em outras partes do governo (MILANI; PINHEIRO, 2013, p. 17-18). No que diz respeito ao campo dos direitos humanos, percebe-se que sua inserção nos debates é facilitada por sua aproximação com as demandas próprias dos grupos interessados nesse processo, visto que, em sua maioria, correspondem à participação da sociedade civil. Contudo, vale destacar que, assim como apresenta Par Engstrom (2012, p. 836), desde a redemocratização, há uma divergência entre a posição defendida pelo Brasil no plano internacional na temática dos direitos humanos e a situação interna do país.

Com isso, o Estado brasileiro foi se tornando um ator de destaque em ambientes de negociação internacional, onde a própria Constituição Federal de 1988 insere o respeito e a promoção dos direitos humanos como um dos pilares que passariam a guiar as relações²⁹. Sobre tal fator, Engstrom (2012, p. 836) argumenta que a iniciativa brasileira

²⁹ O Art. 4º declara que o segundo princípio que rege as relações internacionais do Brasil é a prevalência dos direitos humanos (BRASIL, 1988).

decorre da substituição da defesa da soberania nacional em direção ao multilateralismo e a promoção da cooperação em direitos humanos, tanto regional quanto globalmente. Em grande medida, o desejo de liderança na temática é resultado de “preocupações mais vastas de política externa de alcançar a legitimidade e o reconhecimento internacional como um Estado fidedignamente democrático e um ‘bom cidadão’ global” (ENGSTROM, 2012, p. 837, tradução livre). Entretanto, vale ressaltar que os primeiros anos do processo de redemocratização foram marcados por um resgate gradual de princípios basilares da diplomacia brasileira, sendo inicialmente apenas no plano discursivo, com o desejo em fortalecer sua soberania face à necessidade de ruptura com o período autoritário precedente (BRAGA, 2020, p. 190).

O ponto de virada na PEB no campo dos direitos humanos, entretanto, aponta para o projeto iniciado por Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) e aprofundado por Luís Inácio Lula da Silva em seus dois mandatos (2003-2011), com o Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH); todavia, essas duas lideranças se destoam quanto ao enfoque econômico do primeiro e o autonomista do segundo. No plano internacional, o país foi um dos principais articuladores da “Declaração A/63/635 sobre direitos humanos, orientação sexual e identidade de gênero apresentada à Assembleia Geral da ONU” (RODRIGUES; HERNANDEZ, 2020, p. 225).

Importante destacarmos o papel do Brasil nas discussões sobre o que viria a ser constituído como Princípios de Yogyakarta (2007), ao apresentar ainda em 2003, na 59ª sessão da Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), a resolução ‘Direitos Humanos e Orientação Sexual’, cuja ideia principal, consistia no reconhecimento de que: “toda e qualquer forma de discriminação motivada pela orientação sexual de um indivíduo seria incompatível com o documento adotado em 1948 pela Organização das Nações Unidas” (YOKOYAMA, 2019, p. 29).

Os Princípios estipulam a possibilidade de aplicação do Direito Internacional sobre direitos humanos na proteção da diversidade sexual e de gênero, devendo estar baseada na estrutura já existente, ainda que seja necessário considerar as distintas experiências ao redor do mundo (CASELLA, 2012, p. 748). Contudo, como consequência da dificuldade em estabelecer um arcabouço jurídico sobre um tema como esse, onde a radicalização se faz presente em diversos países (incluindo a criminalização e pena de morte contra pessoas LGBTI+), a sua proteção cabe, na sua maioria, aos sistemas políticos nacionais (*Idem*); como resultado, dependem do interesse dos governos em voga para torná-la uma política de Estado, ou ao menos de seu governo.

Em vista disso, a atuação brasileira durante os governos lulistas pode ser resumida em “uma inserção mais propositiva”, colocando “o campo de direitos humanos como instrumento da estratégia brasileira de revisionismo da ordem mundial” (SILVA; BRAGA, 2015, p. 195). No entanto, vale destacar que diferente do que ocorre no atual governo Bolsonaro, o sistema não é totalmente rejeitado no plano simbólico, visto que a maior atuação em mecanismos multilaterais ocorreu nos dois mandatos de Lula; nesse período, destaca-se a participação da sociedade civil, aprofundando a ideia de democratização da política externa (FARIA, 2017). Ademais, esse período caracteriza-se pela defesa e promoção da multipolaridade e da participação brasileira como ferramenta de articulação e reflexo de suas políticas nacionais direcionadas às justiça sociais, bem como, sobre o reconhecimento do papel do Brasil no mundo (ENGSTROM, 2012, p. 838).

Como resultado das aproximações político-partidárias, durante os mandatos de Dilma Rousseff (2011-2016), especialmente o primeiro, houve uma continuidade nos projetos anteriores. Apesar disso, o campo dos direitos da comunidade LGBTI+ passam a ser confrontados por diferentes forças de pressão, visando minar o seu governo. Tais elementos culminaram com o enfraquecimento do protagonismo brasileiro na temática a partir da cada vez mais presente atuação de grupos de oposição, notoriamente neoconservadores de cunho religioso.

Assim, percebe-se que há uma debilidade na manutenção das poucas conquistas nacionalmente pela comunidade, onde, justamente “o movimento LGBT encontrou na política externa dos direitos humanos um caminho alternativo para assegurar os seus direitos” (YOKOYAMA, 2019, p. 28-29 apud Nogueira, 2017, p. 559). Como já assinalado, esse campo passou a ser reivindicado pela extrema-direita como principal alvo de seus discursos de ódio, onde essas garantias estão sob ataque pelo próprio poder do Estado: “No entanto, em países em desenvolvimento, governos de ultradireita tem maior potencial de desconstruir os direitos humanos rápida e eficazmente devido à incipiência e fragilidade de muitas de suas instituições” (RODRIGUES et al, 2021, p. 93). Apesar uma forte atuação do Estado brasileiro sobre a matéria em espaços multilaterais, “algumas populações estão mais vulneráveis a terem os seus direitos violados do que outras, nomeadamente indivíduos cuja orientação sexual e/ou identidade de gênero escapam o modelo heteronormativo” (YOKOYAMA, 2019, p. 45-46).

Sendo assim, o que chamamos ‘tradição da política externa brasileira’ é a busca, em diferentes graus por todos os governos desde a redemocratização, de uma maior autonomia, defesa da soberania e um viés humano-desenvolvimentista, buscando pelo

afastamento dos centros históricos de poder mundial (MEDEIROS; VILAS-BOAS; ANDRADE, 2019), isto é, uma política de Estado. Portanto, o pragmatismo é uma característica própria das democracias liberais ocidentais, onde a racionalidade conseguiria frear a ideologização no plano internacional, apesar de as trocas de governos não terem sido tão bruscas até o impeachment de Dilma.

3.3 AS ALIANÇAS EXTERNAS E A PROJEÇÃO CONSERVADORA DO BRASIL A PARTIR DOS DELINEAMENTOS DE SUA NOVA POLÍTICA EXTERNA

A guinada no posicionamento internacional do país se deu após a chegada da extrema-direita no poder nas eleições presidenciais de 2018. Tal mudança influenciou as conformações políticas internas que, somadas a um movimento global, provocaram uma modificação no entendimento e a visualização dos corpos LGBTI+ no mundo, adiando e marginalizando os debates acerca da temática, e a regressão em certos níveis, sobre a estrutura jurídica e avanços estabelecidos durante o século XXI.

A formação de alianças entre lideranças populistas e conservadoras não é mais novidade, onde a vinculação externo-interno nos leva à pressão causada por determinados grupos de extrema-direita na própria agenda internacional do país. Esse processo perpassa sob todas as esferas institucionais e configura-se como uma ameaça às suas democracias e aos direitos civis, isolando esse grupo de nações no sistema internacional. Diferentemente do que se observava no início do século XXI, com a expansão de mecanismos multilaterais, o ambiente internacional é visto como o problema, a causa do enfraquecimento do Estado frente à globalização e a consequente destruição da sociedade. Tal fator é resultado do desejo de internacionalização por parte de tais políticos, visando a expansão de políticas domésticas ao cenário internacional. Disto depreende-se uma “Coesão em torno de uma visão crítica em que a destruição normativa internacional do liberalismo internacional é vista como a solução para a globalização”, sendo ela a chave da compreensão sobre a ligação entre populistas de extrema-direita (DE SÁ GUIMARÃES; DE OLIVEIRA E SILVA, 2021, p. 349, tradução livre).

Nesse sentido, Feliciano Guimarães e Irma Dutra (2021, p. 350) apresentam três aspectos que conformam a política externa de governos populistas de extrema-direita e que possibilitam a formação de tais alianças. A primeira estaria relacionada a teorias da conspiração sobre o cenário internacional, principalmente acerca das instituições e o modo como os governos anteriores as outrora a operavam. Visualizados

e vinculados ao ambiente doméstico, como inimigos do verdadeiro povo, estes políticos teriam “cosmopolizado” os respectivos Ministérios das Relações Exteriores:

Os líderes populistas pretendem representar o verdadeiro 'povo' (nacional) contra as 'elites' corruptas (estrangeiras) que controlam as instituições internacionais. A diplomacia, em particular, é um dos seus alvos favoritos. Para os líderes populistas, a diplomacia é uma comunidade elitista e exclusiva, composta por burocratas de política externa não eleitos, cujo objetivo principal é fazer avançar uma agenda política antitética à verdadeira vontade do "povo". O populismo é, de fato, muitas vezes descrito como uma reação contra a crescente influência percebida das "burocracias internacionais" e o enfraquecimento do Estado-nação às mãos de uma elite burocrática transnacional. Para os líderes populistas, os burocratas internacionais e as suas organizações representam uma conspiração 'globalista' e 'multiculturalista' que mina as tendências e aspirações 'naturais' do povo. Estes inimigos, além disso, incluem figuras correspondentes dentro do domínio doméstico (DE SÁ GUIMARÃES; DE OLIVEIRA E SILVA, 2021, p. 350, tradução livre).

Como resultado, a segunda característica está ligada à forte defesa da soberania nacional, visto que a mesma estaria ameaçada a partir da capacidade de influência que a estrutura internacional possui sobre as dinâmicas internas (DE SÁ GUIMARÃES; DE OLIVEIRA E SILVA, 2021, p. 350). Essas lideranças populistas de extrema-direita agem da mesma forma que operam internamente: criticando as estruturas instituições burocráticas por sua elitização, exigindo a tomada do poder e inserção do “verdadeiro povo” nesses espaços. Dessa forma, mobilizam a população como agentes diretos dessa defesa, desacreditando-os e ferindo sua confiança nas instituições, tanto no ambiente interno, quanto externo.

Por fim, o terceiro elemento refere-se à oposição binária entre ‘eu’ vs. o ‘outro’, ou ‘nós contra ‘eles’; nesse caso específico ‘amigo/inimigo’ direcionado a todos os indivíduos e grupos que se operem às suas práticas, interesses e valores. O mesmo é posto em ação a partir das outras duas características: isto é, discursos conspiratórios voltados à defesa e promoção da segurança nacional frente à depredação da coesão social interna (DE SÁ GUIMARÃES; DE OLIVEIRA E SILVA, 2021, p. 350-351).

Por sua vez, Guilherme Casarões (2019, p. 252), ao analisar o período eleitoral, bem como os primeiros passos do atual governo, argumenta acerca de uma política externa baseada em cinco grupos de interesse no plano nacional, que possuem influência na estratégia internacional do Brasil na candidatura de Bolsonaro. São eles:

1. A bancada evangélica (“Bíblia”), composta por inúmeras lideranças de diferentes igrejas, algumas politicamente rivais, mas unidas pelo apoio a pautas conservadoras, no plano doméstico, e pela defesa de Israel, no plano global;
2. A bancada ruralista (“Boi”), composta pelos representantes dos setores do

agronegócio e da agroindústria, desejosos por manter os fluxos comerciais de seus produtos e apoiadores da liberalização dos mercados agrícolas globalmente; 3. O grupo composto pelos militares e pela bancada da segurança pública (“Bala”), preocupada com temas como o combate ao crime organizado, defesa das fronteiras, endurecimento da legislação criminal e reforço da soberania nacional; 4. O núcleo anti-globalista do governo, diretamente vinculado ao presidente (“Bolsonaro”), formado por parte expressiva da bancada eleita pelo PSL e por demais membros do partido e alinhados com o pensamento filosófico-ideológico de Olavo de Carvalho; 5. A equipe econômica (“Bancos”), liderada por Paulo Guedes e composta por economistas liberais provenientes do mercado financeiro, defensores da abertura econômica irrestrita, de privatizações e desregulamentação bancária (CASARÕES, 2019, p. 252-253).

Sua estratégica é caracterizada pela rejeição da Ordem Internacional Liberal (OIL), onde segundo o ex-ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo (2019): “O Itamaraty existe para o Brasil, não existe para a ordem global”. Segundo a campanha eleitoral de Bolsonaro, a política externa brasileira, ou, o “Novo Itamaraty”, passaria a ser pautada nos seguintes elementos (TSE, 2018):

- A estrutura do Ministério das Relações Exteriores precisa estar a serviço de valores que sempre foram associados ao povo brasileiro. A outra frente será fomentar o comércio exterior com países que possam agregar valor econômico e tecnológico ao Brasil.
- Deixaremos de louvar ditaduras assassinas e desprezar ou mesmo atacar democracias importantes como EUA, Israel e Itália. Não mais faremos acordos comerciais espúrios ou entregaremos o patrimônio do Povo brasileiro para ditadores internacionais.
- Além de aprofundar nossa integração com todos os irmãos latino-americanos que estejam livres de ditaduras, precisamos redirecionar nosso eixo de parcerias.
- Países, que buscaram se aproximar mas foram preteridos por razões ideológicas, têm muito a oferecer ao Brasil, em termos de comércio, ciência, tecnologia, inovação, educação e cultura.
- Ênfase nas relações e acordos bilaterais.

Posto isso, Guilherme Casarões e Déborah Farias (2021, p. 3) argumentam acerca de três características principais sobre a ruptura na PEB: (i) a estratégia internacional de Bolsonaro é representada pelo desejo de “realinhar” a política externa brasileira com países que compartilhem valores ocidentais como “comércio livre, democracia e cristianismo”; (ii) a separação de orientações globais levou à construção de

uma nova identidade nacional “conservadora, anti-globalista e nacionalista”, com destaque para relações pautadas em preceitos religiosos; e (iii) como resultado, a rejeição e crítica a OIL, a política externa bolsonarista relaciona-se com a própria imagem do presidente, “da *salvaguarda de um soberania, fé e valores culturais da nação*”. Dawisson Belém Lopes (2020, p. 9) acrescenta que a partir da chegada de Jair Bolsonaro na presidência, houve uma aproximação entre política externa e religião; confirmada por Araújo como reflexo das eleições de 2018, seu eleitorado contava com uma continuidade no plano internacional, dos posicionamentos e interesses promovidos e defendidos internamente, “[...] sendo o fervor religioso cristão e um atitude conservadora moralmente orientada os dois elementos mais instrumentais para tal objetivo” (*Idem*). Assim, percebe-se que a política externa, nesse governo, se transformou em uma ferramenta populista de aproximação entre o governo e a população, a partir da utilização de valores morais-religiosos.

Nessa linha, Guilherme Casarões (2019, p. 235) argumenta que o fator principal desse governo é a instrumentalização dos ideais próprios do bolsonarismo no ambiente externo, cujos interesses encontram-se com outros líderes de semelhança ideológica, considerando três características: (i) democracias desenvolvidas; (ii) plano simbólico - núcleo da tradição judaico-cristã ocidental; e (iii) países atualmente governados por nacionalistas de direita.

A conjuntura política global permite compreender o bolsonarismo como um fenômeno brasileiro, mas que também sofre influência de três macrotendências internacionais (CASARÕES, 2019, p. 248-249): a primeira refere-se à tendência crescente de “soluções políticas quase-ditatoriais como forma de superar mazelas sociais”; a segunda é representada pela ligação entre Bolsonaro e o campo evangélico, ampliando a margem de inserção de elementos morais-religiosos no ambiente político, questionando a laicidade do Estado; e, por fim, a chamada “onda conservadora”, caracterizada pela “rejeição econômica e, sobretudo, política à globalização”, após a já citada, crise de 2008, que reúne os “perdedores da globalização”. Estes elementos estão presentes desde que Araújo tornou-se ministro do MRE, onde baseado na retórica da libertação, declarou que “O presidente Bolsonaro está libertando o Brasil, por meio da verdade. Nós vamos também libertar a política externa brasileira, vamos libertar o Itamaraty” (ARAÚJO, 2019).

Outrossim, Klei Medeiros, Vinícius Vilas-Boas e Enrico Andrade (2019) argumentam que tal rompimento está fundamentada na destruição de três princípios que outrora guiaram o Itamaraty: (i) a racionalidade burocrática perde espaço para teorias conspiratórias, com a inserção de elementos religiosos e civilizatórios, onde o Itamaraty

passa a visualizar o sistema internacional como o espaço para se combater o globalismo; (ii) o pragmatismo e a ideia de continuidade são distorcidos, pois países cuja ideologia semelhante ao do governo Bolsonaro possuem preferência em nas negociações e parcerias externas, já que o apoio moral é visto com maior peso para essa administração; e (iii) o que eles chamam “americanismo ideológico”: o histórico de um considerável afastamento aos Estados Unidos e a busca por autonomia no plano internacional é invertido, sendo o modelo estadunidense de Donald Trump, algo buscado por Araújo.

Nesse aspecto, ao enquadrar o ambiente internacional conformado pela ordem democrática liberal, grupos de extrema-direita cunharam o termo “globalismo” como sistematização dos ataques às estruturas internas de seus Estados, mas também, uma coesão internacional nessa lógica de contestação. Este, surge como discurso contrário às práticas multilaterais progressistas, buscando “atrair a insatisfação destas populações que se sentem prejudicadas economicamente pelos efeitos da globalização neoliberal” (MONTEAGUDO, 2021, p. 13). Tal fato é demonstrado por Ernesto Araújo em seu discurso de posse como Ministro das Relações Exteriores³⁰:

O globalismo se constitui no ódio, através das suas várias ramificações ideológicas e seus instrumentos contrários à nação, contrários à natureza humana, e contrários ao próprio nascimento humano. Nação, natureza e nascimento, todos provêm da mesma raiz etimológica e isso se dá porque possuem entre si uma conexão profunda. Aqueles que dizem que não existem homens e mulheres são os mesmos que pregam que os países não têm direito a guardar suas fronteiras, são os mesmos que propalam que um feto humano é um amontoado de células descartável, são os mesmos que dizem que a espécie humana é uma doença e que deveria desaparecer para salvar o planeta. Por isso a luta pela nação é a mesma luta pela família e a mesma luta pela vida, a mesma luta pela humanidade em sua dignidade infinita de criatura (ARAÚJO, 2019).

Segundo Guimarães e Dutra (2021, p. 354, tradução livre), Ernesto Araújo reforçou diversas vezes o desejo do governo Bolsonaro em fortalecer relações com países conservadores que apresentem as seguintes características: “a crença numa conspiração global contra o verdadeiro “povo”, uma narrativa pró-soberania semelhante contra “regimes internacionais” e uma hostilidade aos inimigos comuns”. Da mesma forma, Miriam Saraiva e Álvaro Silva (2020, p. 118) argumentam sobre uma ideologização da PEB a partir de 2019, relacionada à construção de uma aliança voltada à defesa de uma identidade ocidental, onde o então ministro “defendeu a necessidade de uma «metapolítica externa brasileira», através da qual o Brasil faria parte desse combate contra o globalismo em prol

³⁰ Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/chdd/historia-diplomatica/ministros-de-estado-das-relacoes-exterores/ernesto-araujo-discurso-de-posse>. Acesso em: 08 set. 2021.

dos valores ocidentais”. Nesse aspecto, a retórica anti-globalista presente na ideologia de Araújo e como consequência, do próprio governo Bolsonaro passa pela defesa pelo ex-ministro de que “o Brasil deveria recuperar o desejo de grandeza, como nação cristã”, não dependendo de mecanismos multilaterais para a construção de sua política externa, mas assim como o populismo da extrema-direita estadunidense, “ser um bastião dos valores conservadores do povo contra o cosmopolitismo liberal das elites globalistas” (MAGALHÃES, 2018). Nessa linha, Rafael Monteagudo (2021, p. 15) apresenta cinco principais pontos que conformam o discurso de Araújo (Imagem 4), demonstrando como a diplomacia durante o governo Bolsonaro redirecionou-se ideologicamente.

- (i) Centralidade dos valores nacionais, inclusive a história brasileira, que é constantemente depreciada por correntes de pensamento que buscam maculá-la [...] (ii) Busca da concretização dos interesses nacionais, devendo a chancelaria ser um instrumento para o alcance de tais interesses. [...] (iii) A religião, a família e a vida estariam sendo ameaçados por princípios inseridos na ordem global, devendo o Brasil direcionar-se para atuar no âmbito internacional em busca da proteção de tais instituições. (iv) A vocação universalista do Brasil não implica a impossibilidade de o país manifestar-se nos fóruns internacionais, mesmo que isto não vá agradar a todos os demais países; (v) Alinhamento com os Estados Unidos, sendo que, nas relações bilaterais e multilaterais, o Brasil deverá sempre zelar pelos seus interesses (MONTEAGUDO, 2021, p. 15-16).

Imagem 4 – Discurso de posse de Ernesto Araújo



Fonte: Elaboração própria (2022).

Depreende-se da lógica anti-globalista, o ataque às questões de gênero e sexualidade, conhecida como ideologia de gênero³¹ (LIONÇO, 2020, p. 385). Esse é um movimento comum da extrema-direita conservadora internacional e serve como meio de ligação entre essas lideranças, ao apresentar explicações simples sobre essas mudanças que causam anseio na população (PETÓ, 2015, p. 127). Confirmado por Araújo, a PEB alinhou-se com o posicionamento de Bolsonaro, adaptando o posicionamento oficial do governo, em consonância com a Constituição de 88, passando a considerar terminologias como “gênero” apenas referente a “homem” e “mulher”, assim como “igualdade de gênero” como “igualdade entre homens e mulheres”; segundo o ex-ministro, essa mudança visa uma melhor relação com os apoiadores internos de Bolsonaro, bem como, suas alianças internacionais ao se aproximar daqueles países que possuem a família como foco de sua atuação, embora não se oponha aos tratados em que o país é signatário³². Em 2019, diplomatas brasileiros passaram a vetar documentos com menções ao termo gênero em negociações na ONU, buscando reforçar seu aspecto biológico, considerado como natural, além de limitar qualquer envolvimento com temáticas sobre saúde e educação, como a questão do aborto, por exemplo, mas ainda a relacionando com aspectos religiosos³³. Na mesma linha, no ano seguinte, o Brasil vetou no Mercosul um plano de ação que continha o termo “crime de ódio” contra a comunidade LGBT, além do termo “identidade de gênero”, onde o MMFDH argumentou a inexistência de uma jurisdição interna acerca do tema³⁴.

Sobrepõem-se aqui, os fatores sociais, políticos e culturais que embasam essa necessidade de retorno a uma normalidade medieval no sistema internacional, guiado por valores morais, ideológicos e religiosos. O globalismo representa assim, o conjunto de ideias, valores e práticas indesejadas que pautam os discursos e narrativas da extrema-direita mundial e influenciaram na ideologização do Itamaraty sob liderança de Ernesto Araújo, onde se estrutura uma ordem mundial de direita (MONTEAGUDO, 2021, p. 17).

³¹ Damares Alves afirmou que o termo "gênero" é combatido dentro do governo Bolsonaro por não ser utilizado em documentos de seu ministério, bem como em organismos internacionais, argumento esse defendido pelo presidente. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-07/damares-governo-tem-feito-releitura-de-direitos-humanos>. Acesso em: 02 abr. 2022.

³² Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/10/29/politica-externa-se-alinhou-com-bolsonaro-e-genero-se-refere-a-homem-ou-mulher-diz-araujo.ghtml>. Acesso em: 20 jun. 2022.

³³ Disponível em: <https://jamilchade.blogosfera.uol.com.br/2019/06/27/brasil-veta-termo-genero-em-resolucoes-da-onu-e-cria-mal-estar/>. Acesso em: 19 jun. 2022.

³⁴ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/10/brasil-veta-plano-do-mercosul-por-incluir-expressao-crimes-de-odio-contrapessoas-lgbt.shtml>. Acesso em: 29 jun. 2022.

No entanto, vê-se, de maneira geral, o ataque ao Globalismo sob duas óticas: (i) a rejeição de órgãos internacionais multilaterais, com foco na atuação do país – ao menos, no nível retórico – segundo seus interesses nacionais; bem como (ii) a crítica ao chamado “marxismo cultural”, a fim de permitir a implantação da agenda conservadora nos mais variados campos, sendo, neste ponto, uma reação difusa a pautas identificadas por estes agentes como sendo parte de uma agenda de esquerda, como o ambientalismo, os direitos humanos e o combate a preconceitos de cor, gênero e orientação sexual (MONTEAGUDO, 2021, p. 15-16).

Essa aproximação é ressaltada pelo instituto Sexual Policy Watch (2020), ao analisarem as ligações entre governos de direita ao redor do global, apresentam uma similaridade nas pautas tratadas pelos partidos conservadores predominantes em países como Brasil, através da Aliança para o Brasil, a Vox na Espanha e a Jobbik na Hungria³⁵: o ataque direto às pautas progressistas, descrita em alguns momentos como “ditadura progressista” (com ênfase à comunidade LGBTI+); a promoção e defesa da posse de armas; a presença de um viés religioso e anti-esquerda em suas ações, reclamando a representação e liderança do conservadorismo do país; a constante mobilização da segurança nacional em diferentes temáticas, com a defesa das forças militares e policiais; o controle da burocracia estatal, seja ela executiva, legislativa ou judiciária; a redução drástica de gastos políticos em pautas sociais; o antiglobalismo e um posicionamento antisistêmico; a defesa da liberdade individual em todos os níveis; o estabelecimento de um Ministério da Família; a instrumentalização do populismo via linhas democráticas e sua promoção em meios de comunicação em massa; a defesa do livre mercado; a crítica à democracia parlamentar; e, por fim, a exaltação de símbolos e heróis nacionais, da história.

A concepção tradicional heterossexual de família é um dos elementos compartilhados por tais países, tendo sido um fator que tanto Bolsonaro e Orbán³⁶ já afirmaram em encontro oficial (Imagem 5); segundo o presidente brasileiro, essa ligação pode ser resumida nos seguintes termos: “Deus, pátria, família e liberdade”, onde uma família “bem estruturada” (homem e mulher, conforme Orbán) favorece no bom andamento da sociedade³⁷. Já em relação à Polônia (Imagem 6), as relações podem ser melhor observadas através de instituições que promovem valores cristãos e um apoio mútuo, todavia distante entre as duas lideranças. Em 2020, o governo brasileiro decidiu pela não-

³⁵ Disponível em: <https://sxpolitics.org/ptbr/as-conexoes-do-alianca-pelo-brasil-com-a-direita-internacional/9968>. Acesso em: 10 abr. 2022.

³⁶ O presidente húngaro compareceu à cerimônia de posse de Jair Bolsonaro a convite do mesmo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/posse-de-bolsonaro-tem-dez-chefes-de-estado-elogio-de-trump-23339180>. Acesso em: 25 jun. 2022

³⁷ Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-irmao-hungaro/>. Acesso em: 10 abr. 2022.

assinatura da carta aberta enviada à Polônia acerca da preocupação da comunidade internacional com medidas promovidas pelo Estado sobre pessoas LGBTI+, ato este que feriu a própria Constituição Federal brasileira³⁸. A decisão da diplomacia brasileira sinaliza ainda, tanto para os apoiadores internos do governo Bolsonaro, quanto internacionais, os temas que conduzem o posicionamento internacional brasileiro, haja visto que, majoritariamente, sustenta a ligação entre governos conservadores e o Brasil.

Imagem 5 – Bolsonaro visita Orbán



Fonte: DW (2022). Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/na-hungria-bolsonaro-exalta-afinidades-com-populista-orb%C3%A1n/a-60815539>. Acesso em: 13 jun. 2022.

Imagem 6 – Jair Bolsonaro e Andrzej Duda



Fonte: Poder360 (2021). Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/em-ny-bolsonaro-tera-novo-encontro-com-presidente-conservador-da-polonia/>. Acesso em: 13 jun. 2022.

³⁸ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/brasil-vai-contru-constituicao-ao-nao-assinar-carta-de-defesa-de-direitos-lgbt-diz-especialista-24669661>. Acesso em: 19 jun. 2022.

Estes elementos tornam-se evidentes quando observamos o papel do MMFDH e de sua ex-ministra Damares Alves, articulada ao Itamaraty de Ernesto Araújo. Em seu primeiro discurso na 40ª sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (UNHRC, do inglês) em 2019, Damares buscou apaziguar os ânimos da comunidade internacional com a situação do Brasil acerca dos direitos humanos, visto o histórico de declarações do governo eleito. Segundo ela, o respeito de Bolsonaro com a temática é representado pela criação do MMFDH para tal fim, em consonância com o compromisso com os acordos internacionais sobre direitos humanos, bem como, a Constituição de 88. A temática LGBTI+ localiza-se entre o “o fortalecimento dos vínculos familiares” e o problema do HIV, contribuindo para a propagação do estigma acerca do tema e sua não-solução. Damares terminou sua fala pedindo apoio à candidatura brasileira à cadeira no Conselho de Direitos Humanos (CDH) que ocorreu no final de 2019 e o qual o Brasil tornou-se membro.

No ano seguinte, o discurso da ministra na 43ª Sessão do UNHRC, baseou-se em um reforço daquele apresentado em 2019, apresentando a retórica da corrupção de administrações anteriores como o problema que impedia o pleno compromisso com a agenda dos direitos humanos no país. Acerca do tema LGBT, citou o relatório sobre a condição de pessoas da comunidade nos presídios do país e o programa de acesso ao emprego para pessoas transexuais; novamente, o HIV/AIDS veio na seção seguinte. Abaixo, segue nuvem de palavras (Imagem 7) que contempla ambos os discursos apresentados anteriormente, refletindo os elementos que nos permite perceber a mudança na política externa brasileira, estes que compartilham diretrizes semelhantes ao do discurso dado por Ernesto Araújo no início do governo Bolsonaro:

Imagem 7 – Discursos de Damares Alves no CDHNU

Dessa maneira, tais discursos e posicionamentos podem ser considerados conservadores enquanto buscam a preservação, conservação e proteção do corpo social e valores tradicionais para a direita aliada a atores religiosos. São discursos de apaziguamento, respondendo aos anseios da comunidade internacional com a chegada de Jair Bolsonaro à presidência e seu histórico de declarações violentas contra minorias, ao incluir todos os temas contemporâneos, mas sem uma real intenção de promover políticas públicas de proteção de direitos humanos.

Por fim, vale destacar o impacto da saída de Ernesto Araújo em 2021, não somente para o público interno, visto o peso da polícia externa do governo Bolsonaro para sua legitimidade, mas também para o sistema internacional. Isto porque, com a saída de Donald Trump, a liderança da citada aliança conservadora foi direcionada a Jair Bolsonaro. Com a demissão de Araújo, o posicionamento brasileiro se modificou, pois houve uma demanda para um retorno aos princípios tradicionais de PEB e o abandono da ideologização, especialmente de teorias conspiratórias como o globalismo. Assim, por parte do governo, tal aproximação ficou a cargo do MMFDH, tendo além de Damares, Angela Gandra, como ponte de ligação entre países e instituições que promovem preceitos cristãos na política³⁹. Por esse motivo, a pressão sofrida por Bolsonaro para a indicação de um Chanceler “tradicional”, resultou na chegada de Carlos França como novo Ministro das Relações Exteriores em março de 2021. Em relação à política anti-LGBT, não houve modificações mais profundas; por outro lado, também não houve uma iniciativa em reverter as ações de Araújo, como houve com o governo Biden e as decisões de Trump, por exemplo. Portanto, evidente é a tentativa de apaziguar e melhorar a imagem internacional do Brasil, buscando evitar envolver-se com temas problemáticos, mas ainda, alinhando o posicionamento pessoal de Bolsonaro ao Itamaraty.

3.3.1 O retrocesso democrático no leste europeu: a violência contra a comunidade LGBTI+ na Hungria e Polônia

Os casos de erosão democrática e violação de direitos humanos na Hungria e na Polônia podem nos oferecer uma possível explicação para sua guinada ao

³⁹ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2021/09/29/diplomacia-paralela-do-brasil-mira-extrema-direita-opus-e-negacionistas.htm>. Acesso em: 19 jun. 2022.

extremismo nas últimas décadas no Brasil e no mundo. Suas instituições são construídas na supremacia da democracia liberal, mas sem a mesma bagagem de outras nações ocidentais, favorecendo a fragilidade dos direitos LGBTI+ em tais países. A presença do fator religioso se expressa como um forte elemento caracterizador de tais movimentos, que evidenciam problemas mais profundos da ideia de democracia.

Nesse sentido, podemos considerar Hungria e Polônia como democracias iliberais, onde se observam políticas populistas autoritárias, via ferramentas democráticas. O controle de suas instituições burocráticas resulta no enfraquecimento dos direitos de minorias graças à fragilidade da própria democracia nesses países, tanto pelo próprio Estado, considerando-os como inimigos de Estado, como também e, como reflexo disso, pela própria sociedade (Imagem 8); o elemento fascista retorna ao imaginário popular (ou apenas é intensificado), visto o histórico de formação pós-Guerra Fria de ambos os países.

Imagem 8 - Manifestantes pisoteiam bandeiras LGBTs na Polônia



Fonte: Estadão Internacional (2021). Disponível em: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,polonia-e-hungria-recrudescem-leis-contra-direitos-de-mulheres-e-lgbt-e-desafiam-a-ue,70003676254>. Acesso em 02 abr. 2022.

No caso polonês, tal violência se intensificou nos últimos anos pela investida contra a 'Ideologia LGBT' — qualquer grupo ou indivíduo envolvido na pauta de gênero e sexualidade —, visando os objetivos políticos do Partido clerical, conservador e nacionalista Lei e Justiça (do polonês, Prawo i Sprawiedliwość - PiS), no poder desde 2015 (GRZEBALSKA, 2015, p. 85). A Constituição polonesa de 1997 garante que todos os cidadãos possuam tratamento igualitário em todos os aspectos; entretanto, a extrema-direita no país usualmente utiliza o Art. 18 — o Estado deve proteger o casamento e a família entre um homem e uma mulher, maternidade e a paternidade — como justificativa

para determinar a inconstitucionalidade de indivíduos que não performatizam papéis tradicionais de gênero ou relações não-heterossexuais (GRZEBALSKA, 2015, p. 94).

Por um lado, a extrema-direita do país, por mecanismos populistas, se autopromove como os reais protetores da “família natural” contra os indivíduos que possam corromper tal instituição. O PiS considera a existência de uma “crise familiar” como um dos elementos mais importantes no país atualmente e por isso, promove narrativas que visam proteger essa instituição, rejeitando a legalidade de famílias homoafetivas, bem como, a vida desde sua concepção e papéis tradicionais de gênero; segundo esses discursos: “A “ideologia de gênero” é [...] uma ameaça imposta pelo exterior às famílias e aos valores nacionais” (GRZEBALSKA, 2015, p. 87). Por outro, as minorias sexuais e seus apoiadores são caracterizadas como depravados, pervertidos e corruptores da família; estes são apresentados como uma ameaça às crianças e adolescentes após a chamada Carta LGBTQ+ (um projeto de combate à discriminação nas escolas públicas em 2019), onde educação sexual e ideologia de gênero são misturadas e utilizadas para gerar medo na população, possivelmente apoio popular (GRZEBALSKA, 2015, p. 96). Seja por lideranças políticas via instituições democráticas, ou como resultado da radicalização social, a identidade nacional polonesa é narrada como estando em guerra contra qualquer grupo ou indivíduo que perturbe a preservação das comunidades, da cultura do país.

Em 2020, o presidente Andrzej Duda declarou que sua responsabilidade seria a de não permitir a “ideologização das crianças”, referindo-se à ‘Ideologia LGBTQ’ como algo “ainda mais destrutiva para o ser humano” do que, segundo ele, o próprio comunismo⁴⁰. No ano seguinte, o Parlamento da Polônia aprovou um projeto de lei conhecido como “Sim à Família, Não ao Gênero”, criado pelo instituto ultraconservador *Ordo Iuris*, o qual defende elementos como: a família conformada apenas por um homem e uma mulher cisgênero, além da pauta anti-aborto e a promoção de valores morais e religiosos. A iniciativa, que partiu da sociedade civil, encontra respaldo no apoio do PiS em questões relacionadas à sexualidade e identidade de gênero, o qual são, em sua maioria, defensores de ações de contenção aos avanços da comunidade LGBTQI+ de modo a preservar a família heterossexual. No mesmo ano, o governo polonês informou estar desenvolvendo uma lei que proibiria a adoção por casais homoafetivos. Por fim, em todo o território se estabeleceram as chamadas “Zonas Livres de LGBTQs” (Imagem 9) — cidades que se opõem, em diferentes formas, aos direitos da comunidade.

⁴⁰ Disponível em: <https://expresso.pt/internacional/2020-06-13-Presidente-da-Polonia-compara-ideologia-LGBT-a-doutrinao-comunista>. Acesso em: 12 abr. 2022.

Imagem 9 - Adesivos que sinalizam áreas "livres de LGBTs" na Polônia



Fonte: Queer Ig (2022). Disponível em: <https://queer.ig.com.br/2022-02-16/leis-anti-lgbt-e-combate-a-lgbtphobia-crescem-no-mesmo-nivel-na-europa.html>. Acesso em: 11 abr. 2022.

Acrescenta-se à polarização da sociedade polonesa, o caso das manifestações em 2019, na cidade de Lublin, na qual extremistas ultraconservadores invadiram a Marcha do Orgulho Gay⁴¹ (Imagem 10). Houve, por parte do PiS, a tentativa de impedir que a mesma acontecesse, alegando um possível enfrentamento entre manifestantes pró e contras; na realidade, demonstra uma forma de silenciamento e controle sobre a liberdade de expressão de ativistas LGBTs. Outro evento que marca a violência física e moral contra apoiadores da causa LGBTI+ foi a invasão de extremistas na Manifestação em Bialystok, também em 2019⁴².

Imagem 10 - Extremistas protestam contra a Marcha do Orgulho LGBT na Polônia

⁴¹ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/extremistas-atacam-marcha-do-orgulho-lgbt-na-polonia-2398223>. Acesso em: 6 abr. 2022.

⁴² Para compreensão dos atos violentos em questão, ver em: <https://www.youtube.com/watch?v=l8HcDZv3NpY>. Acesso em: 10 abr. 2022.



Fonte: O Globo (2019). Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/extremistas-atacam-marcha-do-orgulho-lgbt-na-polonia-23982232>. Acesso em: 6 abr. 2022.

Em similaridade, no caso da Hungria, se estabelece desde 2010, com a tomada do poder pelo ultraconservador Viktor Orbán, primeiro-ministro e líder do Partido Fidesz, políticas violentas e de oposição contra a comunidade LGBTI+, através de uma linguagem emocional e mobilização do medo na população (FÉLIX, 2015, p. 75). Segundo sua retórica, a liberdade e independência da Hungria devem ser preservadas contra as pressões da ideologia de gênero, uma “conspiração mundial” de instituições liberais no plano doméstico, sob ameaça das tradições da nação (FÉLIX, 2015, p. 68-69).

No discurso dos direitistas, “gênero” é mostrado como algo que os “forasteiros” querem forçar a entrada no país. Organismos Internacionais e os liberais “domésticos” que estão cooperando juntos na linha de “ideologia de gênero” são representados como inimigos e usados para mobilização. Assim, os apoiantes podem ser reunidos através de organizações anti-UE, atitudes antiliberais, bem como através da proteção de “tradições valores nacionais”. Além disso, como a igualdade de gênero e a emancipação são associadas ao socialismo de estado e emancipação forçada na sociedade (Balogh 2014) os direitistas usam as atitudes anticomunistas para mobilizar contra a “ideologia de gênero” como uma ideia comunista (FÉLIX, 2015, p. 76, tradução livre).

Em uma espécie de “fascismo leve”⁴³, o governo controla diversas instituições democráticas, como a Corte Constitucional, o Ministério Público e dois terços do Parlamento, além da imprensa, universidades e outros espaços de interação social⁴⁴. Ele instituiu em 2013, a família como o fundamento da nação na Lei Básica, desde 2011 presente na Lei Fundamental da Hungria, nova Constituição do país (STANLEY, 2018), excluindo a proteção da orientação sexual da mesma (FÉLIX, 2015, p. 72). Em 2018,

⁴³ Disponível em: <https://www.vox.com/policy-and-politics/2018/9/13/17823488/hungary-democracy-authoritarianism-trump>. Acesso em: 12 abr. 2022.

⁴⁴ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-07-22/extrema-direita-mundial-estreita-lacos-com-governo-bolsonaro-que-segue-passos-de-orban-e-trump.html>. Acesso em: 16 fev. 2022.

estabeleceu um plano chamado “nova era cultural”, o qual possui como um de seus elementos, a alteração do currículo nacional de educação para crianças, buscando promover a identidade nacional, valores culturais cristãos, patriotismo, apego à pátria e à família. Em 2020, o país não ratificou a Convenção de Istambul⁴⁵, com a justificativa de que a mesma promove “ideologias de gênero destrutivas”. Ainda nesse mesmo ano, o Parlamento proibiu a mudança de gênero em documentos de identificação, estabelecendo como verdadeira, apenas àquela atribuída ao nascimento, bem como a família conformada apenas como um pai homem e uma mãe mulher cisgênero. Por fim, no final do ano de 2020, o governo basicamente proibiu a adoção por casais homoafetivos⁴⁶, negou o status legal as pessoas transgênero e em 2021, o partido Fidesz aprovou uma lei no Parlamento que proíbe a promoção de conteúdo considerado “pró-LGBT” para menores de 18 anos nas escolas do país, relacionando a pornografia a questões sobre sexualidade e gênero⁴⁷.

Os discursos são os mesmos, apoiados na ideologia de gênero e antiglobalismo, aplicadas em políticas públicas e narrativas de mobilização popular, visando combater as conquistas das mulheres e da comunidade LGBTI+, o que em alguns casos, leva à violência física, advinda do próprio Estado ou da população. Proteção do feto desde sua criação, casamento e concepção única de família, formada por um homem e uma mulher aparecem em sua defesa, inclusive em sistemas legislativos internos e votações convergentes em instituições internacionais.

A ideologia de gênero possui uma operação ampla na Europa, estando relacionado com a decadência de valores e princípios religiosos como organizadores da sociedade, onde elites transnacionais teriam se infiltrado nos sistemas políticos europeus, motivando tais alianças, sobretudo de políticos de direita com a Igreja Católica⁴⁸. Em 2021, ambos os países aprovaram uma medida que visa barrar a atividades acerca do tema LGBT nas escolas em seus territórios; estes se opuseram à iniciativa da União Europeia (UE) em relação à redução de violências contra a comunidade, referindo-se a mesma como o “lobby LGBTQ”⁴⁹. Ademais, a desestruturação social a partir da promoção de outras formas de família, se apresenta como principal motivo de suas reivindicações.

⁴⁵ Convenção europeia para a promoção e proteção dos direitos das mulheres criada em 2011.

⁴⁶ Ver em: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,polonia-e-hungria-recrudescem-leis-contradireitos-de-mulheres-e-lgbt-e-desafiam-a-ue,70003676254>. Acesso em 02 abr. 2022.

⁴⁷ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-06-16/ultradireitista-orban-desafia-ue-com-lei-que-proibe-falar-sobre-homossexualidade-nas-escolas-da-hungria.html>. Acesso em: 19 jun. 2022.

⁴⁸ Disponível em: <https://sxpolitics.org/ptbr/a-globalizacao-das-campanhas-anti-genero/8513>. Acesso em: 10 abr. 2022.

⁴⁹ Disponível em: <https://istoe.com.br/hungria-e-polonia-vetam-ativistas-lgbtqia-em-escolas/>. Acesso em: 19 jun. 2022.

Na Polônia, os principais partidos de direita apresentam uma retórica “anti-gênero”, sendo que a mesma aparece, em sua grande maioria, próximo à temática da família (GRZEBALSKA, 2015, p. 86), tendo seu significado distorcido para relacionar-se com a ameaça aos valores nacionais poloneses: “políticas de igualdade baseadas em uma definição construtivista de gênero, educação sexual e a influência de instituições transnacionais (por exemplo, UE, OMS, ONU) sobre as leis da Polônia” (GRZEBALSKA, 2015, p. 89-90, tradução livre). No caso húngaro, a luta contra gênero iniciou a partir de 2008 da promoção de políticas públicas pelo governo de esquerda e intensificado a partir de 2010, aonde partidos de direita como Fidesz, Jobbik e KDNP passam a reivindicar discursos contra a educação sobre gênero nas escolas, tendo como princípios compartilhados, os “valores tradicionais cristãos de direita” (FÉLIX, 2015, p. 66, tradução livre). Todos esses processos operam a partir da lógica de defesa nacional; isto é, todas as atividades que se apresentem como uma oposição ao modo de vida dos neoconservadores são caracterizadas como uma ameaça à própria segurança do país, instaurando um medo generalizado contra o outro construído como seu inimigo.

A ideologia de gênero se apresenta como a linguagem comum entre lideranças extremistas, com apelo ao subconsciente de seus seguidores, tornando pautas sobre direitos humanos e diversidade uma ferramenta de manutenção do caos. O objetivo seria a manutenção do Estado a partir de seu controle de suas instituições buscando o estabelecimento de sua própria visão de mundo (RAMÍREZ, 2021). Nela, há uma ligação direta com a superioridade do líder fascista, reforçando sua masculinidade heteronormativa ao guiar seus seguidores a um mundo sem a presença de inimigos do povo, “ao mesmo tempo que renova o chamamento à violência simbólica e real” (DA SILVA, 2019, p. 54-55).

Entretanto, a questão LGBT não tem força para provocar alguma ação por parte da UE em relação à Polônia e Hungria, visto que a mesma já está fragilizada com mudanças recentes como o Brexit, por exemplo. Embora o bloco se apresente como amplo defensor dos direitos humanos, vale lembrar todo o processo colonizador e histórico de violência para com a comunidade (dentro os 27 e Estados-membros, apenas 11 possuem o casamento igualitário aceito pelo Estado). Os casos polonês e húngaro apenas são os mais visíveis, que refletem uma posição comum quando se trata da questão LGBT, especialmente com a ascensão da direita conservadora no mundo — a desumanização desses corpos como resposta a conquista de direitos e maior concentração de liberdades nas últimas décadas; conseqüentemente, estes são articulados como os causadores dos problemas sociais e econômicos e depredação dos valores e costumes tradicionais

cisheteronormativos no mundo.

3.3.2 A Declaração do Consenso de Genebra e a conjunção de forças conservadoras

Dessa forma, os elementos apresentados até então são estruturantes do caso que será apresentado a seguir. O Consenso de Genebra é uma aliança de Estados sob liderança conservadora, cuja valorização e defesa de temas como o fortalecimento da família como base da sociedade, as promoções da vida, da saúde e direitos das mulheres, além da defesa da soberania nacional na política internacional, passam por preceitos religiosos⁵⁰. Segundo a organização: “A declaração é um compromisso dos Estados que se esforçam para restaurar o verdadeiro significado do conceito de direitos humanos” (GCD, 2020, tradução livre)⁵¹. Junto com 35 países⁵², o Brasil assinou a chamada Declaração do Consenso de Genebra em 22 de outubro de 2020, um documento não-vinculante sem força de tratado, mas com um significativo poder simbólico, que apresenta uma mensagem explícita a minorias sexuais e mulheres.

A iniciativa partiu do governo de Donald Trump, como ferramenta de promoção de sua ideologia através de sua política externa⁵³, tendo sido articulada em conjunto com Brasil, Egito, Hungria, Indonésia e Uganda. Tal elemento comprova a ligação entre grupos conservadores de tais países ainda sob a gestão de Trump, já que pode ser observado uma primeira investida anti-gênero no ano anterior durante a Assembleia Geral da ONU. No evento, os mesmos declararam abertamente a inexistência de um direito ao aborto no âmbito internacional, bem como, a denúncia de ataque à família tradicional, opondo-se a medidas de educação sexual que apresentem aspectos como diversidade sexual e direitos reprodutivos, fatores que afrontam suas crenças e valores. Por sua vez, propõem a família como instituição fundacional da sociedade, devendo ser fortalecida e caracterizada como tal, apenas e somente quando entendida como “natural”. Assim, rejeita-se qualquer forma de interpretação da vida cotidiana e de valores e práticas individuais que

⁵⁰ Os princípios que constituem a Declaração constam no Anexo D.

⁵¹ Ver em: <https://gcdintermariumconference.org/>. Acesso em: 28 set. 2021.

⁵² Os países signatários são: Arábia Saudita, Bahrein, Belarus, Brasil, Bulgária, Croácia, Congo, Egito, Estados Unidos (posteriormente saiu com a administração Joe Biden), Eslováquia, Emirados Árabes Unidos, Geórgia, Guatemala, Haiti, Hungria, Indonésia, Iraque, Líbia, Nauru, Niger, Omã, Paraguai, Paquistão, Polônia, Quênia, Romênia, Rússia, Sudão, Sudão do Sul, Ucrânia, Uganda, Zâmbia.

⁵³ Conforme declarado durante sua campanha eleitoral, Joe Biden saiu do acordo em direção à uma reestruturação da política externa estadunidense após a gestão Trump. Ver em: <https://www.opendemocracy.net/en/5050/will-trumps-anti-abortion-geneva-consensus-fall-apart/>. Acesso em: 6 abr. 2022.

fogem à norma tradicional cisheteronormativa branca.

Sobre a participação brasileira nesse processo, o governo declarou que: “O governo brasileiro orgulha-se de fazer parte da Declaração de Consenso de Genebra, que visa à promoção dos direitos humanos das mulheres e ao fortalecimento do papel da família, temas de grande importância para o Brasil” (BRASIL, 2020). O evento, que ocorreu de forma virtual, contou com a participação através de vídeo, de Damares Alves e Ernesto Araújo, os quais demonstraram o desejo do Brasil em colaborar com os princípios presentes na Declaração, além do interesse em fortalecer alianças acerca do tema com os países signatários desta. Abaixo segue trecho das falas dos ministros⁵⁴:

O fortalecimento de vínculos é um meio sólido de contribuir para a saúde física e mental dos membros da família. Nesse sentido, o Brasil reitera o seu compromisso com a proteção integral e a promoção da saúde de todas as mulheres e meninas, inclusive a saúde sexual reprodutiva (ALVES, 2020).

Nos reunimos aqui em defesa da saúde da mulher, do fortalecimento da família e da proteção da vida. O Brasil está comprometido a trabalhar junto com os demais países signatários nesta declaração, no âmbito das Nações Unidas, e outros fóruns internacionais pela promoção dessas mais altas aspirações que comungamos. Nós reafirmamos também o nosso dever de proteger a vida humana desde a sua concepção. Rejeitamos categoricamente o aborto como método do planejamento familiar, assim como toda e qualquer iniciativa em favor de um direito internacional ao aborto ou que insinue esse direito ainda que veladamente (ARAÚJO, 2020).

A própria Declaração apresenta o interesse das nações signatárias, no compromisso em fazer valer os elementos que os unem, seja seu fortalecimento no plano internacional, ou na sua inserção no plano doméstico. Como afirmou Cristiane Brito, secretária nacional de Políticas para as Mulheres do MMFDH, a mesma servirá como um “guia para políticas públicas” no Brasil⁵⁵. Já para Angela Gandra, a aliança representaria o lema “juntos somos mais fortes”⁵⁶, em um claro desafio às organizações internacionais e sua capacidade de influência nos assuntos internos dos países.

Destaca-se neste processo, o papel de *think tanks* e demais organizações de formação de opinião, devidamente influentes na fabricação e difusão de informações falsas e teorias conspiratórias. Na Polônia, apresentamos a articulação realizada pela *Ordo Iuris*⁵⁷; fundada em 2013, se caracteriza por uma instituição conformada por advogados

⁵⁴ Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2020/10/brasil-assina-declaracao-sobre-defesa-do-acesso-das-mulheres-a-promocao-da-saude>. Acesso em: 02 mar. 2022.

⁵⁵ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/10/22/brasil-eua-e-ditaduras-se-aliam-jamais-havera-direito-ao-aborto.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 06 abr. 2022.

⁵⁶ *Idem*.

⁵⁷ Para mais detalhes, ver em: <https://en.ordoiuris.pl/>. Acesso em: 5 abr. 2022.

conservadores que defendem uma série de temáticas controversas sobre religião; estes, são declaradamente contrários ao aborto, ao casamento igualitário e a educação sexual nas escolas⁵⁸. Sua atuação vai além da mobilização civil e no âmbito jurídico, visto sua rápida capacidade de inserção no sistema político. Operando a partir de instituições democráticas, dentro e fora da Polônia, seus adeptos seguem preceitos tradicionais católicos e buscam “lutar contra as forças do mal do país”⁵⁹.

Sobre as acusações de violação de direitos humanos em relatório da ILGA, a Ordem Iuris⁶⁰ afirma que o documento contém informações distorcidas e falsas, acusando a instituição de restringir a liberdade de expressão e igualdade perante a lei. Ainda, denuncia a intenção de estabelecimento de educação sexual nas escolas e a implementação de uma ideologia LGBT por meio de privilégios ao garantir determinados direitos à comunidade. Além disso, desconsidera o direito ao casamento igualitário, pois supostamente não há fundamento do mesmo na lei natural polonesa, onde a família tradicional seria a base da sociedade, devendo ser protegida pelo Estado e capaz de trazer benefícios na formação das crianças.

Disto depreendem-se suas raízes brasileiras, já que a própria organização afirma ter como referência, a antiga Tradição, Família e Prosperidade (TFP)⁶¹. Criada em 1960 por Plínio Correia de Oliveira, dom Antônio de Castro Mayer e dom Geraldo Proença Sigaud, baseava-se em princípios católicos e tinha como objetivo de “combater a vaga do socialismo e do comunismo e ressaltar, a partir da filosofia de São Tomás de Aquino e das encíclicas, os valores positivos da ordem natural, particularmente a tradição, a família e a propriedade” (KORNIS; HEYE, 2001). Enquanto estava em funcionamento, a TFP operava sobre intensa mobilização popular — cujos membros eram apenas homens, majoritariamente jovens —, de modo a defender os temas que lhe nomeia, combatendo “elementos perturbadores da ordem natural das coisas” (*Idem*). Por fim, além de terem aderido à ditadura militar no Brasil, opuseram-se à Constituição de 88, pois consistia na promoção da reforma agrária, a destruição da estrutura familiar ao possibilitar direitos às mulheres e o reconhecimento da homossexualidade.

⁵⁸ Disponível em: <https://humanistfederation.eu/radical-religious-lobbies/ordo-iuris/>. Acesso em: 5 abr. 2022.

⁵⁹ Ver em: <https://www.opendemocracy.net/en/5050/ultra-conservative-institute-has-infiltrated-polish-state-to-ban-abortion/>. Acesso em: 5 abr. 2022.

⁶⁰ Disponível em: <https://en.ordoiuris.pl/family-and-marriage/rainbow-europe-analysis-ilga-europes-lgbti-legal-equality-index-and-annual>. Acesso em: 13 jun. 2022.

⁶¹ Para mais informações, ver em: <https://www.tfp.org.br/>. Acesso em: 5 abr. 2022.

Contudo, suas ideias persistem na atualidade, onde demonstraram amplo apoio à candidatura de Bolsonaro à presidência⁶². Além disso, seus efeitos aparecem através da influência na construção de instituições como a Ordo Iuris e sua interligação com outras organizações, inclusive por meio de um fluxo monetário transnacional⁶³. A ligação das pautas presentes na Declaração e nas devidas instituições apresentadas, pode ser observada através do alto investimento em dólares por grupos cristãos estadunidenses, no qual pautas anti-aborto e LGBTI+ foram incentivadas ao redor do mundo, incluindo Polônia e Hungria; estes possuem ligação com a administração Trump e lobby interno, os quais buscam atuar também em organismos internacionais como a ONU. Desta maneira, podemos compreender como a construção da Declaração do Consenso de Genebra tornou-se possível, já que as ideias que a conformam correm amplamente nas instituições democráticas desses Estados, onde o ambiente internacional representa apenas uma extensão de práticas discriminatórias.

Em suma, os elementos que constituem o Consenso de Genebra ferem os Princípios de Yogyakarta — ou qualquer outro documento de direitos humanos que o Brasil ratificou —, ao não promover o combate e, em certa medida, propiciar práticas violentas contra esses indivíduos (CASELLA, 2012, p. 748), seja no âmbito do Estado ou por ações individuais. Nesse sentido, a Declaração opera como uma ferramenta de autopromoção da liderança brasileira sobre a aliança conservadora mundial após a saída de Donald Trump da presidência estadunidense. Consideramos ainda, o peso do Brasil no sistema internacional, sua capacidade e histórico de articulação em espaços multilaterais, especialmente no que diz respeito aos direitos humanos. Nesse aspecto, Damares possui um papel fundamental, articulando a ala ideológica do governo Bolsonaro com o MRE, bem como a influência dessa relação nas decisões no Congresso Nacional, impactando diretamente na vida de pessoas LGBTI+ e demais grupos prejudicados pela Declaração. Ademais, a operacionalização do Brasil como membro do Conselho dos DH, se apresenta como meio de promoção e ampliação das redes de apoio em torno de tais valores.

Portanto, essas alianças são importantes dado que, considerando o nível de desconfiança e desprezo pelas instituições internacionais ou qualquer pessoa, organização, valores e ideias enquadradas como "outro", grupos de extrema-direita se isolam, respaldando-se em seus respectivos nacionalismos, resultando diferentes formas e

⁶² Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/quem-sao-conservadores-monarquistas-apoio-jair-bolsonaro/>. Acesso em: 15 abr. 2022.

⁶³ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2020/12/28/os-milhoes-enviados-da-polonia-para-radicais-da-tfp-no-brasil-e-pelo-mundo.htm>. Acesso: 13 jun. 2022.

vítimas de seus discursos de ódio. Dessa forma, conclui-se que a construção de alianças conservadoras de cunho religioso no sistema internacional reflete o questionamento da ordem internacional; entretanto, o intuito não seria de destruí-la, mas sim, remodelá-la à sua maneira, operacionalizando esse processo via instituições democráticas e organismos internacionais. A aproximação direta entre tais países ou convergência em espaços internacionais, há uma concordância entre essas nações, visando a defesa de determinados valores compartilhados, o que conseqüentemente, leva ao retrocesso de direitos e da própria democracia liberal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise atual da democracia liberal apenas escancarou problemas que remontam ao próprio estabelecimento das sociedades coloniais na modernidade. Sua ruptura demonstra as bases nas quais os Estados-nações foram moldados, na dominação, divisão e polarização social, sendo a reação da direita mundial nas últimas décadas, um desejo de preservação dessa ordem. Isto inclui a manutenção das formas e estruturas históricas de opressão e controle sobre as mentes e corpos sociais.

Desse modo, temos que os direitos LGBTI+ nunca foram plenamente reconhecidos, visto que sua violação ainda não é considerada um problema relevante. Países como Brasil, Hungria e Polônia são apenas a faceta mais visível de uma série de violência política contra essa população. Nesse sentido, questiona-se se houve com a ampliação democrática, uma real universalização dos direitos humanos ao ponto de inserir a comunidade LGBTI+ nos processos sociais; ou se a liberalização no pós-Guerra Fria, provocou um efeito contrário: ao passo que se intensificou a participação de atores na vida pública, a comunidade LGBTI+ se viu obrigada a retornar a um ambiente isolado, uma espécie de 'retorno ao armário' devido ao avanço conservadora frente a esse progresso. A partir de nossa pesquisa, concluímos que a segunda afirmação melhor representa a situação brasileira e de seus pares internacionais.

A utilização da temática LGBTI+ como ferramenta de mobilização social e manutenção do caos, por lideranças populistas da extrema-direita conservadora, contribui para a polarização política e a sustentação de uma estrutura colonial que menospreza a diversidade sexual e de gênero. Por esse motivo, a ideia de avanço social próprio do projeto modernizador da colonialidade, mas sobretudo, da concepção de democracia liberal, é solapada em função de interesses políticos, sociais e econômicos que são incapazes de aceitar o princípio que dizem proteger: a liberdade individual.

Em vista disso, a análise do posicionamento brasileiro no ambiente internacional corrobora com a hipótese da crescente vulnerabilidade da comunidade LGBTI+, frente a deterioração das estruturas sociais de democracias contemporâneas a partir da ascensão da extrema-direita mundial. Dessa forma, a reorientação da política externa empreitada pelo governo de Jair Bolsonaro é uma estratégia política que dá preferência à ideologia na tomada de decisão acerca da atuação e projeção brasileira no sistema internacional, diferentemente do que era observado até então.

Por todos os motivos apresentados aqui, é importante perceber o papel e

a importância de vidas LGBTI+ para o movimento de resistência contra o avanço sobre a continuidade da democracia como instituição organizadora. A sobrevivência de seus princípios depende exclusivamente de como a sociedade percebe a si mesmo e àqueles que escolhem para liderá-los, pois são estes que possuem o poder de decidir quem pode viver ou não, ditando assim, os rumos da democracia.

REFERÊNCIAS

ABRAHAMSEN, Rita. The Right Family: The personal is geopolitical. CIPS: Centre for International Policy Studies, 14 dez. 2020. Disponível em: <https://cips-cepi.ca/2020/12/14/the-right-family-the-personal-is-geopolitical/>. Acesso em: 6 abr. 2022.

ABRIL, Guillermo. Ultradireitista Orbán desafia UE com lei que proíbe falar sobre homossexualidade nas escolas da Hungria. El País, 15 jun. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-06-16/ultradireitista-orban-desafia-ue-com-lei-que-proibe-falar-sobre-homossexualidade-nas-escolas-da-hungria.html>. Acesso em: 19 jun. 2022.

ALVES, Andrea Moraes. Um Ministério para uma Família: distopia e “familismo 2.0”. Sexual Policy Watch, 20 dez. 2021. Disponível em: <https://sxpolitics.org/ptbr/um-ministerio-para-uma-familia-distopia-e-familismo-2-0/12369>. Acesso em: 10 abr. 2022.

ARAGUSUKU, Henrique Araujo; LARA, Maria Fernanda Aguilar; FRACCAROLI, Yuri; MARTINS, Alexandre Nogueira. Estado, políticas sexuais e cidadania LGBT no Brasil pós-impeachment. **Rebeh-Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 2, n. 4, p. 05-33, 2019. Disponível em: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/rebeh/article/view/244>. Acesso em: 13 abr. 2022.

BEAUCHAMP, Zack. It happened there: how democracy died in Hungary. Vox, 13 set. 2018. Disponível em: <https://www.vox.com/policy-and-politics/2018/9/13/17823488/hungary-democracy-authoritarianism-trump>. Acesso em: 12 abr. 2022.

BELÉM LOPES, Dawisson. De-westernization, democratization, disconnection: the emergence of Brazil's post-diplomatic foreign policy. **Global Affairs**, v. 6, n. 2, p. 167-184, 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/23340460.2020.1769494>. Acesso em: 17 ago. 2021.

BOND, Letycia. Damares: governo tem feito 'releitura' de direitos humanos. Agência Brasil, Brasília, 22 jul. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-07/damares-governo-tem-feito-releitura-de-direitos-humanos>. Acesso em: 02 abr. 2022.

BRAGA, Pablo Saturnino. Democratização, política externa e direitos humanos: uma releitura do caso brasileiro. **Carta Internacional**, v. 15, n.1, p. 185-207, 2020.

BRASIL 247. 84% dos eleitores de Bolsonaro acreditam no kit gay, diz pesquisa. Brasil 247 Redação, 2 nov. 2018. Disponível em: <https://www.brasil247.com/brasil/84-dos-eleitores-de-bolsonaro-acreditam-no-kit-gay-diz-pesquisa>. Acesso em: 18 jun. 2022.

BRASIL. Biografia do Presidente. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/conheca-a-presidencia/biografia-do-presidente>. Acesso em: 18 ju. 2022.

BRASIL. Brasil assina declaração sobre defesa do acesso das mulheres a promoção da saúde. Brasil, 23 out. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia->

[social/2020/10/brasil-assina-declaracao-sobre-defesa-do-acesso-das-mulheres-a-promocao-da-saude](#). Acesso em: 02 mar. 2022.

BRASIL. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

BRASIL. Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Solenidade de Celebração do Dia Internacional da Juventude - Palácio do Planalto. Brasília, 16 ago. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos/2019/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-solenidade-de-celebracao-do-dia-internacional-da-juventude-palacio-do-planalto>. Acesso em: 12 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos: LGBT - Ações e Programas, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/lgbt/acoes-e-programas>. Acesso em: 05 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos: “Sem corrupção, já sobra dinheiro para proteger os brasileiros”, diz ministra Damares na ONU. Genebra, 24 fev. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/fevereiro/201csem-corrupcao-ja-sobra-dinheiro-para-proteger-os-brasileiros201d-diz-ministra-damares-na-onu>. Acesso em: 12 abr. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Discurso da Ministra Damares Alves no Conselho de Direitos Humanos da ONU. Genebra, 7 nov. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/centrais-de-conteudo/politica-externa-brasileira/discursos-da-ministra-damares-alves-no-conselho-de-direitos-humanos-da-onu>. Acesso em: 12 abr. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Discurso do ministro Ernesto Araújo durante cerimônia de posse no Ministério das Relações Exteriores. Brasília, 2 jan. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/chdd/historia-diplomatica/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/ernesto-araujo-discurso-de-posse>. Acesso em: 08 set. 2021.

BRASIL. The Geneva Consensus Declaration Virtual Signing Ceremony October 22nd, 2020. Press Release, 22 out. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/en/contact-us/press-area/press-releases/the-geneva-consensus-declaration-virtual-signing-cerimony-october-22nd-2020>. Acesso em: 02 mar. 2022.

BROWN, Wendy. American Nightmare: Neoliberalism, Neoconservatism, and De-Democratization. **Political Theory**, v. 34, n. 6, p. 690-714, 2006.

BULGARELLI, Lucas. Das políticas de gênero e sexualidade às políticas antigênero e antisssexualidade no Brasil. In: FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins. **Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Editora da Unicamp, p. 393-409, 2020.

BURITY, Joanildo Albuquerque. A ONDA CONSERVADORA NA POLÍTICA BRASILEIRA TRAZ O FUNDAMENTALISMO AO PODER? In: DE ALMEIDA, Ronaldo; TONIOL, Rodrigo (Orgs.). **Conservadorismo, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais**. Campinas: Editora Unicamp, p. 15-66, 2018.

BURITY, Joaílido Albuquerque. Políticas de minoritização religiosa e glocalização: notas para um estudo de redes religiosas de ativismo socio-político transnacional. **CUERPOS, EMOCIONES Y SOCIEDAD**, n. 18, p. 19-30, 2015.

CAETANO, Guilherme. As conexões do Aliança pelo Brasil com a direita internacional. Sexual Policy Watch, 6 jan. 2020. Disponível em: <https://sxpolitics.org/ptbr/as-conexoes-do-alianca-pelo-brasil-com-a-direita-internacional/9968>. Acesso em: 10 abr. 2022.

CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão e; FARIAS, Déborah Barros Leal. Brazilian foreign policy under Jair Bolsonaro: far-right populism and the rejection of the liberal international order. **Cambridge Review of International Affairs**, p. 1-21, 2021. Disponível em: <http://unsworks.unsw.edu.au/fapi/datastream/unsworks:77694/bincdf0a7f-5739-4468-beb6-73425403044e?view=true&xy=01>. Acesso em: 20 fev. 2022.

CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão e. Eleições, política externa e os desafios do novo governo brasileiro. **Pensamiento propio**, v. 24, p. 231-274, 2019. Disponível em: <http://www.cries.org/wp-content/uploads/2019/08/PP-49-50-web.pdf#page=233>. Acesso em: 20 fev. 2022.

CASELLA, Paulo Borba. **Manual de direito internacional público**. São Paulo: Saraiva, 20 ed., 2012.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura: A crise da democracia liberal**. ZHR, 2018.

CAPLER, Rodolfo. A bancada evangélica e seu projeto de poder. Veja, 28 jul. 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/matheus-leitao/a-bancada-evangelica-e-seu-projeto-de-poder/>. Acesso: 6 abr. 2021.

CERQUEIRA, Daniel et al. Atlas da Violência 2021. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/atlas-da-violencia/>. Acesso em: 03 abr. 2022.

CETRONE, Camila. Leis anti-LGBT e combate à LGBTfobia crescem no mesmo nível na Europa. Queer iG, 16 fev. 2022. Disponível em: <https://queer.ig.com.br/2022-02-16/leis-anti-lgbt-e-combate-a-lgbtfobia-crescem-no-mesmo-nivel-na-europa.html>. Acesso em: 11 abr. 2022.

CHADE, Jamil. País faz diplomacia paralela com extrema-direita, Opus Dei e negacionistas. UOL, 29 set. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2021/09/29/diplomacia-paralela-do-brasil-mira-extrema-direita-opus-e-negacionistas.htm>. Acesso em: 19 jun. 2022.

CHADE, Jamil. Extrema direita mundial estreita laços com Governo Bolsonaro. El País, Genebra, 22 jul. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-07-22/extrema-direita-mundial-estreita-lacos-com-governo-bolsonaro-que-segue-passos-de-orban-e-trump.html>. Acesso em: 16 fev. 2022.

CHADE, Jamil; TREVISAN, Maria Carolina. Brasil, EUA e ditaduras se aliam: "jamais haverá direito ao aborto". Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/10/22/brasil-eua-e-ditaduras-se-alias-jamais-havera-direito-ao->

[aborto.htm?cmpid=copiaecola](#). Acesso em: 6 abr. 2022.

CHADE, Jamil. Brasil veta termo "gênero" em resoluções da ONU e cria mal-estar. Uol, 27 jun. 2019. Disponível em: <https://jamilchade.blogosfera.uol.com.br/2019/06/27/brasil-veta-termo-genero-em-resolucoes-da-onu-e-cria-mal-estar/>. Acesso em: 19 jun. 2022.

CORREIA, Sonia; PATERNOTTE, David; KUHAR, Roman. A globalização das campanhas anti-gênero. Sexual Policy Watch, 25 jun. 2018. Disponível em: <https://sxpolitics.org/ptbr/a-globalizacao-das-campanhas-anti-genero/8513>. Acesso em: 10 abr. 2022.

CULLINAN, Kerry. Will Trump's anti-abortion Geneva Consensus fall apart? Open Democracy, 25 jan. 2021. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/en/5050/will-trumps-anti-abortion-geneva-consensus-fall-apart/>. Acesso em: 6 abr. 2022.

DALLE, Pablo; BONIOLO, Paula; SAUTU, Ruth; ELBERT, Rodolfo. **Manual de metodología. Construcción del marco teórico, formulación de los objetivos y elección de la metodología.** CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales: Buenos Aires, 2005.

DA SILVA, Francisco Carlos Teixeira. O Discurso de Ódio: análise comparada das linguagens dos extremismos. **Revista nuestrAmérica**, v. 7, n. 13, p. 45-64, 2019. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6809044>. Acesso em: 14 jul. 2021.

DA SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: DA SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Vozes, p. 73-102, 2000.

DAL PIVA, Juliana; DAUKSZA, Julia; GIELEWSKA, Anna; SZCZYGIEL, Konrad; LEBEL, Audrey. Os milhões enviados da Polônia a conservadores da TFP no Brasil e no mundo. UOL, 20 dez. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2020/12/28/os-milhoes-enviados-da-polonia-para-radicais-da-tpf-no-brasil-e-pelo-mundo.htm>. Acesso: 13 jun. 2022.

DE FREIXO, Adriano; PINHEIRO-MACHADO, Rosana (Orgs.). **Brasil em transe: Bolsonaro, Nova direita e Desdemocratização.** Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

DE LIMA, João Gabriel. O irmão húngaro: Por que Bolsonaro admira tanto Viktor Orbán. Piauí, ed. 186, mar. 2022. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-irmao-hungaro/>. Acesso em: 10 abr. 2022.

DE SÁ GUIMARÃES, Feliciano; DE OLIVEIRA E SILVA, Irma Dutra. Far-right populism and foreign policy identity. Jair Bolsonaro's ultra-conservatism and the new politics of alignment. **International Affairs**, v. 97, n. 2, p. 345-363, 2021.

DEFAGO, María Angélica Peñas; FAÚNDES, José Manuel Morán; VAGGIONE, Juan Marco. Religious conservatism on the global stage: threats and challenges for LGBTI rights. Global Philanthropy Project, 2018. Disponível em: <https://globalphilanthropyproject.org/2018/11/04/religious-conservatism-on-the-global-stage-threats-and-challenges-for-lgbti-rights/>. Acesso em: 20 jul. 2021.

DIAP. Eleições 2018: bancada evangélica cresce na Câmara e no Senado. DIAP, 18 out. 2018. Disponível em: <https://www.diap.org.br/index.php/noticias/noticias/88900-eleicoes-2018-bancada-evangelica-cresce-na-camara-e-no-senado>. Acesso em: 26 abr. 2022.

DW. Na Hungria, Bolsonaro exalta afinidades com populista Orbán. DW, 17 fev. 2022. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/na-hungria-bolsonaro-exalta-afinidades-com-populista-orb%C3%A1n/a-60815539>. Acesso em: 13 jun. 2022.

ENGSTROM, Par. Brazilian foreign policy and human rights: change and continuity under Dilma. **Critical Sociology**, v. 38, n. 6, p. 835-849, 2012. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0896920512440582?casa_token=G2aDK8-BTPMAAAA%3ABRFd1RXzFbL4nQo4T5nmRfuU4uG4qxNrN8Vb72e9vJcVecKyGcqhcH5-AR9axb1LU7v2PQ7oAywZqQ. Acesso em: 15 abr. 2022.

ESQUERDA DIÁRIO. Bolsonaroistas se manifestam em vergonhosa e reacionária "Marcha da Família". Esquerda Diário, 12 abr. 2021. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Bolsonaristas-se-manifestam-em-vergonhosa-e-reacionaria-Marcha-da-Familia>. Acesso em: 25 abr. 2022.

EXPRESSO, Presidente da Polónia compara "ideologia LGBT" à "doutrinação comunista". Expresso Internacional, 13 jun. 2020. Disponível em: <https://expresso.pt/internacional/2020-06-13-Presidente-da-Polonia-compara-ideologia-LGBT-a-doutrinacao-comunista>. Acesso em: 12 abr. 2022.

EUROPEAN HUMANIST FEDERATION. Ordo Iuris. Disponível em: <https://humanistfederation.eu/radical-religious-lobbies/ordo-iuris/>. Acesso em: 5 abr. 2022.

FAGUNDES, Murilo. Em NY, Bolsonaro terá novo encontro com presidente conservador da Polónia. PODER360, 19 set. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/em-ny-bolsonaro-tera-novo-encontro-com-presidente-conservador-da-polonia/>. Acesso em: 13 jun. 2022.

FARIA, Vanessa Dolce. **Política externa e participação social: trajetória e perspectivas**. Brasília: FUNAG, 2017.

FACCHINI, Regina. De homossexuais a LGBTQIAP+: sujeitos políticos, saberes, mudanças e enquadramentos. In: FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins. **Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Editora da Unicamp, p. 31-69, 2020.

FÉLIX, Anikó Félix. Hungary. In: KOVÁTS, Eszter; PÖIM, Maari. **Gender as symbolic glue: the position and role of conservative and far right parties in the anti-gender mobilizations in Europe**. FEPS – Foundation for European Progressive Studies, p. 62-82, 2015. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/budapest/11382.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2022.

FERRA, Thaís; CARDIAL, Llana. Polónia e Hungria recrudescem leis contra direitos de mulheres e LGBT e desafiam a UE. Estadão Internacional, 12 abr. 2021. Disponível em: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,polonia-e-hungria-recrudescem-leis->

[contra-direitos-de-mulheres-e-lgbt-e-desafiam-a-ue,70003676254](https://www.gazetadopovo.com.br/republica/contradireitos-de-mulheres-e-lgbt-e-desafiam-a-ue,70003676254). Acesso em 02 abr. 2022.

FRANCE 24. Poland deeply divided over LGBT rights. France 24, 20 set. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=l8HcDZv3NpY>. Acesso em: 10 abr. 2022.

FRESTON, Paul. Evangelical Protestantism and Democratization in Contemporary Latin America and Asia. **Democratization**, v. 11, n. 4, p. 21-41, 2004.

G1. Em vídeo, Damares diz que 'nova era' começou: 'meninos vestem azul e meninas vestem rosa'. G1, Brasília, 3 abr. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damares-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml>. Acesso em: 26 abr. 2022.

GALLEGO, Esther Solano. La bolsonarización de Brasil. IELAT, n. 121, p. 1-42, 2019a.

GALLEGO, Esther Solano. Quem é o inimigo? Retóricas de inimizade nas redes sociais no período 2014-2017. In: DE FREIXO, Adriano; PINHEIRO-MACHADO, Rosana (Orgs.). **Brasil em transe: Bolsonaro, Nova direita e Desdemocratização**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, p. 83-98, 2019b.

GARDINI, Gian Luca; LAMBERT, Peter (Eds.). **Latin American Foreign Policies: Between Ideology and Pragmatism**. PALGRAVE MACMILLAN, 2011.

GASTALDI, Alexandre Bogas Fraga et al (Orgs.). Observatório de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil - 2020: Relatório da Acontece Arte e Política LGBTI+ e Grupo Gay da Bahia. Editora Acontece Arte e Política LGBTI+, 2021. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>. Acesso em: 03 abr. 2022.

GAZETA DO POVO. Quem são os conservadores e monarquistas que apoiam Jair Bolsonaro. Gazeta do Povo, 9 jun. 2019. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/quem-sao-conservadores-monarquistas-apoio-jair-bolsonaro/>. Acesso em: 15 abr. 2022.

GCD. **Site da Declaração do Consenso de Genebra**, 2020. Disponível em: <https://gcdintermariumconference.org/>. Acesso em: 28 set. 2021.

GOMES SARAIVA, Miriam; COSTA SILVA, Álvaro Vicente. Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro. **Relações Internacionais**, v. 64, p. 177-137, 2019.

GRZEBALSKA, Weronika. Poland. In: KOVÁTS, Eszter; PÕIM, Maari. **Gender as symbolic glue: the position and role of conservative and far right parties in the anti-gender mobilizations in Europe**. FEPS – Foundation for European Progressive Studies, p. 83-103, 2015. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/budapest/11382.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2022.

ISTO É. Hungria e Polônia vetam ativistas LGBTQIA+ em escolas. Isto é, Redação, 07 out. 2021. Disponível em: <https://istoe.com.br/hungria-e-polonia-vetam-ativistas-lgbtqia-em->

[escolas/](#). Acesso em: 19 jun. 2022.

KALIL, Isabela. Qual o poder do WhatsApp? Quem são e no que acreditam os eleitores de Bolsonaro. Blog da Boitempo, 23 out. 2018. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2018/10/23/qual-o-poder-do-whatsapp-quem-sao-e-no-que-acreditam-os-eleitores-de-bolsonaro/>. Acesso em: 18 jun. 2022.

KORNIS, Mônica. HEYE, Thomas Ferdinand. Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP). In: ABREU, Alzira Alves de [et al]. **Dicionário Histórico-Biográfico brasileiro pós-1930**. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 5535-5537, 2001. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/sociedade-brasileira-de-defesa-da-tradicao-familia-e-propriedade>. Acesso em: 5 abr. 2022.

KURASINSKA, Lidia. This ultra-conservative institute has infiltrated the Polish state, on a relentless quest to ban abortion. Open Democracy, 30 jul. 2018. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/en/5050/ultra-conservative-institute-has-infiltrated-polish-state-to-ban-abortion/>. Acesso em: 5 abr. 2022.

KYLE, Jordan; MOUNK, Yascha. The Populist Harm to Democracy: An Empirical Assessment. Tony Blair Institute for Global Chance, 26 dez. 2018. Disponível em: <https://institute.global/policy/populist-harm-democracy-empirical-assessment>. Acesso em: 5 jan. 2022.

LACERDA, Marina Basso. Neoconservadorismo de periferia: articulação familista, punitiva e neoliberal na Câmara dos Deputados. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

LIONÇO, Tatiana. "Ideologia de gênero" como elemento da retórica conspiratória do "globalismo". In: FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins (Orgs.). **Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo**. Campinas: Editora Unicamp, p. 373-392, 2020.

LUGONES, MARÍA. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, n. 9, p. 73-101, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=39600906>. Acesso em: 16 ago. 2021.

MAGALHÃES, David. Quem tem medo do globalismo? Estado da Arte, 17 nov. 2018. Disponível em: <https://estadodaarte.estadao.com.br/quem-tem-medo-do-globalismo/>. Acesso em: 02 abr. 2022.

MAZUI, Guilherme; CASTILHOS, Roniara Castilhos; ORTIZ, Delis. Bolsonaro diz que decisão do STF sobre homofobia foi 'completamente equivocada'. G1, Brasília, 14 jun. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/06/14/bolsonaro-disse-que-decisao-do-stf-sobre-homofobia-foi-completamente-equivocada.ghtml>. Acesso em: 6 abr. 2022.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. N-1 edições: São Paulo, 2018.

MEDEIROS, Klei P.; VILAS-BOAS, Vinícius; ANDRADE, Enrico. Política Externa Conservadora: uma nova matriz no Brasil? Le Monde Diplomatique Brasil, 21 mar. 2019. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/79475-2/>. Acesso em: 15 abr. 2022.

MELLO, Patrícia Campos. **A máquina do ódio**. Companhia das Letras, 2020.

MELLO, Patrícia Campos. Brasil veta plano do Mercosul por incluir expressão 'crimes de ódio' contra pessoas LGBT. Folha de S.Paulo, São Paulo, 23 out. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/10/brasil-veta-plano-do-mercosul-por-incluir-expressao-crimes-de-odio-contra-pessoas-lgbt.shtml>. Acesso em: 29 jun. 2022.

MENDOS, Lucas Ramon; BOTHA, Kellyn; LELIS, Rafael Carrano; DE LA PEÑA, Enrique López; SAVELEV, Ilia Savelev; TAN, Daron. State-Sponsored Homophobia 2020: Global Legislation Overview Update. Geneva: ILGA, 2020. Disponível em: <https://ilga.org/state-sponsored-homophobia-report>. Acesso em: 3 abr. 2022.

MESSEMBERG, Debora. A cosmovisão da “nova” direita brasileira. In: DE FREIXO, Adriano; PINHEIRO-MACHADO, Rosana (Orgs.). **Brasil em transe: Bolsonaroismo, Nova direita e Desdemocratização**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, p. 25-49, 2019.

MILANI, Carlos RS. Atores e agendas no campo da política externa brasileira de direitos humanos. In: **Política Externa Brasileira: As Práticas da Política e a Política das Práticas**. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2012, p. 33-70.

MILANI, Carlos RS; PINHEIRO, Leticia. Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. **Contexto internacional**, v. 35, n.1, p. 11-41, 2013.

MILITÃO, Eduardo. STJ manda ao STF recurso de Bolsonaro contra condenação por fala homofóbica. UOL, Brasília, 14 set. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/09/14/stj-manda-ao-stf-recurso-de-bolsonaro-contra-condenacao-por-fala-homofobica.htm>. Acesso em: 29 abr. 2022.

MONTEAGUDO, Rafael Souto. Antiglobalismo e Colonialidade: Uma Abordagem Decolonial Sobre a Política Externa Brasileira no Governo Bolsonaro. **Revista Neiba**, v. 10, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/neiba/article/view/58901>. Acesso em: 10 ago. 2021.

Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2021. Acontece Arte e Política LGBTI+; ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais); ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos). Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/dossie/mortes-lgbt-2021/>. Acesso em: 13 jun. 2022.

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la**. Editora Companhia das Letras, 2019.

MUDDE, Cas. **The ideology of the extreme right**. Manchester University Press, 2002.

NEVES, Jordana de Moraes; WACHHOLZ, Rafael de Oliveira. A influência da religião na atuação de Damares Alves na Organização das Nações Unidas (ONU). **PLURAL**, v. 28, n. 1, p.161-183, 2021.

NOBRE, Marcos. O caos como método. Revista Piauí, edição 151, 2019. Disponível em:

<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-caos-como-metodo/>. Acesso em: 15 abr. 2022.

OEA. Situación de los derechos humanos en Brasil. OEA, 2021. Disponível em: <https://www.oas.org/es/cidh/jsForm/?File=/es/CIDH/r/DLGBTI/Informespais.asp>. Acesso em: 12 fev. 2022.

OLIVEIRA, Eliane Oliveira; CAMPOREZ, Patrik. Posse de Bolsonaro tem dez chefes de Estado e elogio de Trump. O Globo, 01 jan. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/posse-de-bolsonaro-tem-dez-chefes-de-estado-elogia-de-trump-23339180>. Acesso em: 25 jun. 2022.

OLIVEIRA, Mariana; D'AGOSTINO, Rosanne. Política externa se alinhou com Bolsonaro, e 'gênero' se refere a homem ou mulher, diz Araújo. G1, Brasília, 29 out. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/10/29/politica-externa-se-alinhou-com-bolsonaro-e-genero-se-refere-a-homem-ou-mulher-diz-araujo.ghtml>. Acesso em: 20 jun. 2022.

ONU. THE YOGYAKARTA PRINCIPLES: Principles on the application of international human rights law in relation to sexual orientation and gender identity. Indonésia, mar. 2007. Disponível em: <http://yogyakartaprinciples.org/>. Acesso em: 13 nov. 2021.

ORDO IURIS. **Site da Ordo Iuris**, 2013. Disponível em: <https://en.ordoiuris.pl/>. Acesso em: 5 abr. 2022.

ORTIZ, Renato. Língua Franca do Boçalnarismo: autoritarismo e linguagem. CULT - Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 25 ago. 2020. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/wordpress/lingua-franca-do-boc%CC%A7alnarismo-autoritarismo-e-linguagem/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

O GLOBO. Extremistas atacam marcha do orgulho LGBT na Polônia. O Globo, 28 set. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/extremistas-atacam-marcha-do-orgulho-lgbt-na-polonia-23982232>. Acesso em: 6 abr. 2022.

PAWLOWSKA, Karolina; DOROSINSKI, Rafał; FURMAN, Filip. Rainbow Europe? An analysis of ILGA Europe's "LGBTI Legal Equality Index" and the "Annual Review of the Human Rights Situation of Lesbian, Gay, Bisexual, Trans, and Intersex People in Poland covering the period from January to December". Ordo Iuris. Disponível em: <https://en.ordoiuris.pl/family-and-marriage/rainbow-europe-analysis-ilga-europes-lgbti-legal-equality-index-and-annual>. Acesso em: 13 jun. 2022.

PETŐ, Andrea. "Anti-gender" mobilisational discourse of conservative and far right parties as a challenge for progressive politics In: KOVÁTS, Eszter; PŐIM, Maari. **Gender as symbolic glue: the position and role of conservative and far right parties in the anti-gender mobilizations in Europe**. FEPS – Foundation for European Progressive Studies, p. 126-131, 2015. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/budapest/11382.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2022.

PIERUCCI, Antônio Flávio. As bases da nova direita. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, n. 19, p. 26-45, 1987. Disponível em: <http://novosestudos.com.br/produto/edicao-19/>. Acesso em: 05 dez. 2021.

PINA, Rute. TSE confirma que "kit gay" nunca existiu e proíbe "fake news" de Bolsonaro. Brasil de Fato, São Paulo, 16 out. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/10/16/tse-confirma-que-kit-gay-nunca-existiu-e-proibe-fake-news-de-bolsonaro>. Acesso em: 18 jun. 2022.

RAMÍREZ, Gabriela Arguedas. "Ideologia de gênero", neointegrismo católico e fundamentalismo evangélico: a vocação antidemocrática. Sexual Policy Watch, 25 ago. 2021. Disponível em: <https://sxpolitics.org/ptbr/ideologia-de-genero-neointegrismo-catolico-e-fundamentalismo-evangelico-a-vocacao-antidemocratica/11194>. Acesso: 10 abr. 2022.

REIS, T. (Org.). Manual de Comunicação LGBTI+. 2ª edição. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI/GayLatino, 2018. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2021.

ROBBINS, Joe. The Globalization of Pentecostal and Charismatic Christianity. **Annual Review of Anthropology**, v. 33, p. 117-14, 2004.

RODRIGUES, João Paulo Ribeiro; HERNANDEZ, Matheus de Carvalho. O arco-íris atravessando frestas: a ascensão dos debates sobre direitos LGBT na ONU. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 32, p. 207-248, 2020.

RODRIGUES, Gilberto M. A. DESCONSTRUÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA. In: MARINGONI, Gilberto; SCHUTTE, Giorgio Romano; BERRINGER, Tatiana (Orgs.). **As bases da política externa bolsonaristas: relações internacionais em um mundo em transformação**. Santo André: Editora UFABC, p. 89-99, 2021.

ROHAC, Dalibor. Hungary and Poland Aren't Democratic. They're Authoritarian. Foreign Policy, 5 fev. 2018. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2018/02/05/hungary-and-poland-arent-democratic-theyre-authoritarian/>. Acesso em: 23 fev. 2022.

SANAHUJA, José Antonio. El ascenso global de la ultraderecha y el nacionalismo: crisis de la globalización, el regionalismo y el orden liberal. In: BORBÓN, Josette Altmann (ed.). **América Latina frente a la reconfiguración global**. Flacso Secretaría General, p. 31-64, 2019.

SILVA, Danielle Costa da.; BRAGA, Pablo de Rezende Saturnino. Revisando a Política Externa de Direitos Humanos: uma análise conceitual e empírica a partir do Governo Lula. **Monções: Revista De Relações Internacionais Da UFGD**, v. 3, n. 6, p. 169–203, 2015. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/3434>. Acesso em: 21 fev. 2022.

SHALDERS, André. Como Damares Alves saiu de ministra 'periférica' a figura central do bolsonarismo. BBC Brasil, Brasília, 3 set. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53980530>. Acesso em: 19 jun. 2022.

SOARES, Marcelo. Radiografia das 'lives' e discursos de Bolsonaro mostra escalada de autoritarismo e desinformação. El País, 25 jul. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-07-25/radiografia-das-lives-e-discursos-de-bolsonaro->

[mostra-escalada-de-autoritarismo-e-desinformacao.html](https://www.fpf.org.br/mostra-escalada-de-autoritarismo-e-desinformacao.html). Acesso em: 13 jun. 2022.

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo: A política do “nós” e “eles”**. L&PM Editores, 2018.

TFP. **Site da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade**, 2020. Disponível em: <https://www.tfp.org.br/>. Acesso em: 5 abr. 2022.

TSE. Divulgação de Candidaturas e Contas: Jair Bolsonaro. TSE, 2018. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2018/2022802018/BR/280000614517>. Acesso em: 21 jun. 2022.

UOL. Presidente em evento evangélico: "Estado é laico, mas Bolsonaro é cristão". UOL, 8 fev. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/02/08/presidente-em-evento-evangelico-estado-e-laico-mas-bolsonaro-e-cristao.htm>. Acesso em: 21 abr. 2022.

VICE Brasil. Ellen Page [Elliot Page] entrevista Jair Bolsonaro. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3pautVX23IY>. Acesso em: 10 abr. 2022.

WINK, Georg. A mão invisível de Deus: Liberais conservadores na nova direita brasileira e seu pensamento utópico. **Diálogos Latinoamericanos**, v. 29, p. 71-87, 2021.

WITTIG, Monique. **El pensamiento heterosexual y otros ensayos**. Editorial EGALES, S.L., Madrid, 2006 [1992].

YOKOYAMA, Sérgio Henrique Martins. Negociando orientação sexual e identidade de gênero no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas: o caso do Brasil. Universidade de Coimbra, 2019.

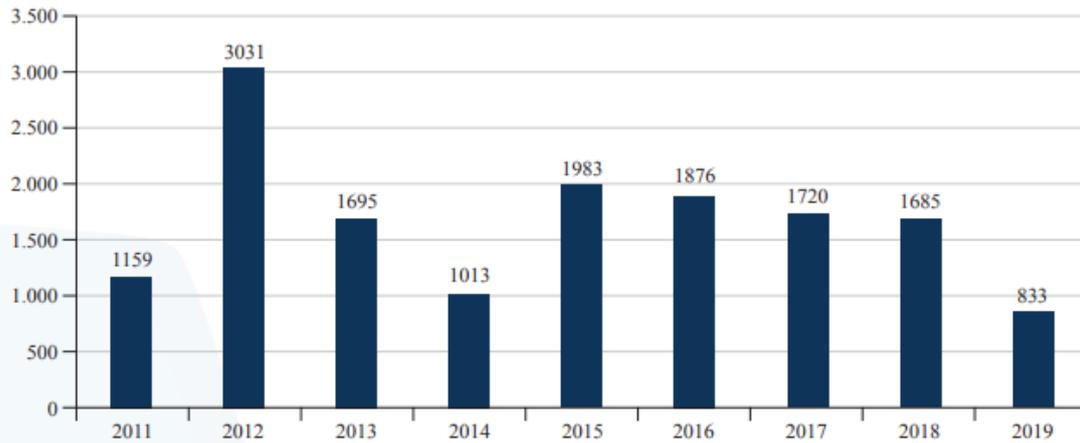
ZARUR, Camila. Brasil vai contra Constituição ao não assinar carta de defesa de direitos LGBT+, diz especialista. O Globo, 20 set. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/brasil-vai-contr-a-constituicao-ao-nao-assinar-carta-de-defesa-de-direitos-lgbt-diz-especialista-24669661>. Acesso em: 19 jun. 2022.

ANEXOS

ANEXO A - GRÁFICO REFERENTE AO NÚMERO DE DENÚNCIAS DE VIOLÊNCIAS CONTRA PESSOAS LGBTI+ (2011-2019) DO FÓRUM DE SEGURANÇA BRASILEIRA (2021)

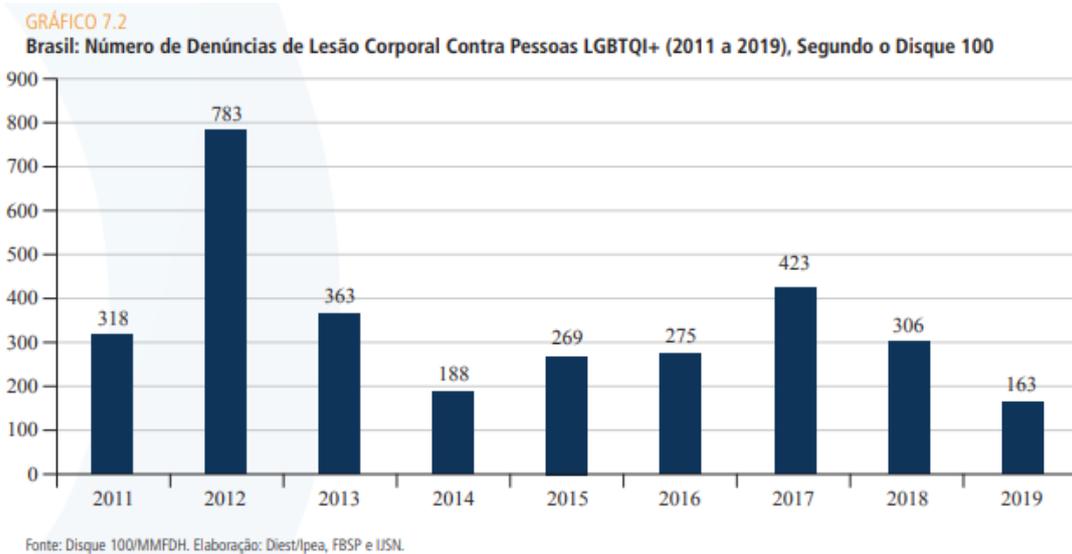
GRÁFICO 7.1

Brasil: Número de Denúncias de Violências Contra Pessoas LGBTI+ (2011 a 2019), Segundo o Disque 100

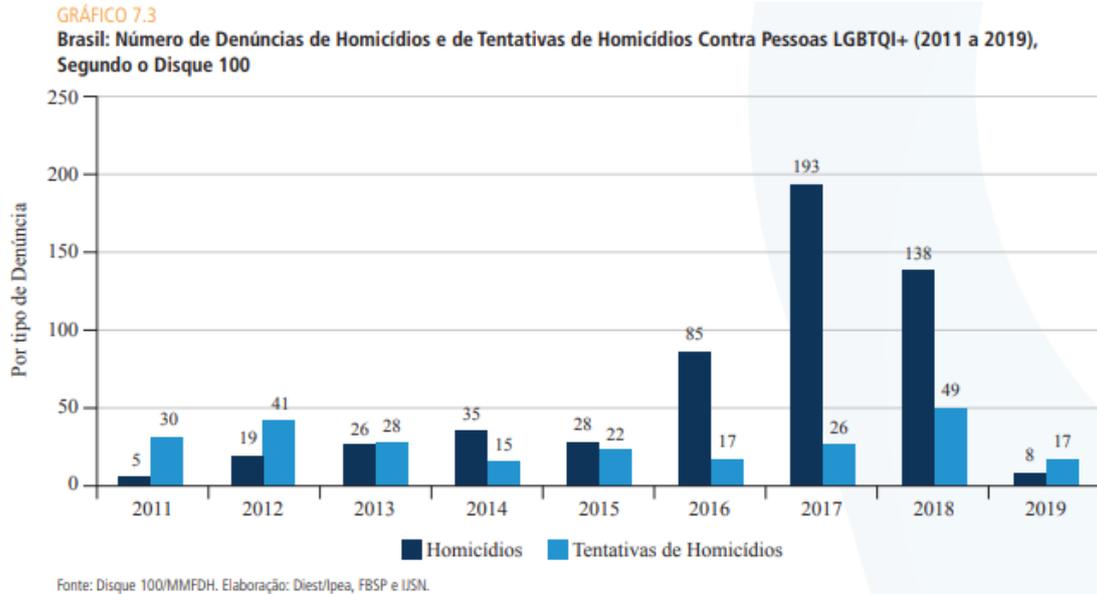


Fonte: Disque 100/MMFDH. Elaboração: Diest/lpea, FBSP e IJSN.

ANEXO B – GRÁFICO REFERENTE AO NÚMERO DE DENÚNCIAS DE LESÃO CORPORAL CONTRA PESSOAS LGBTI+ (2011-2019) DO FÓRUM DE SEGURANÇA BRASILEIRA (2021)



ANEXO C – GRÁFICO REFERENTE AO NÚMERO DE DENÚNCIAS DE HOMICÍDIO E TENTATIVA DE HOMICÍDIO CONTRA PESSOAS LGBTI+ (2011-2019) DO FÓRUM DE SEGURANÇA BRASILEIRA (2021)



ANEXO D – PRINCÍPIOS DA DECLARAÇÃO DO CONCENSO DE GENEBRA (2020)

1. Reaffirm “all are equal before the law,” and “human rights of women are an inalienable, integral, and indivisible part of all human rights and fundamental freedoms”;
2. Emphasize “the equal right of men and women to the enjoyment of all civil and political rights,” as well as economic, social, and cultural rights; and the “equal rights, opportunities and access to resources and equal sharing of responsibilities for the family by men and women and a harmonious partnership between them are critical to their well-being and that of their families”; and that “women and girls must enjoy equal access to quality education, economic resources, and political participation as well as equal opportunities with men and boys for employment, leadership and decision-making at all levels;”
3. Reaffirm the inherent “dignity and worth of the human person,” that “every human being has the inherent right to life,” and the commitment “to enable women to go safely through pregnancy and childbirth and provide couples with the best chance of having a healthy infant”;
4. Emphasize that “in no case should abortion be promoted as a method of family planning” and that “any measures or changes related to abortion within the health system can only be determined at the national or local level according to the national legislative process”; Reaffirm that “the child... needs special safeguards and care... before as well as after birth” and “special measures of protection and assistance should be taken on behalf of all children,” based on the principle of the best interest of the child;
5. Reaffirm that “the family is the natural and fundamental group unit of society and is entitled to protection by society and the State”; that “motherhood and childhood are entitled to special care and assistance,” that “women play a critical role in the family” and women’s “contribution to the welfare of the family and to the development of society”;
6. Recognize that “universal health coverage is fundamental for achieving the Sustainable Development Goals related not only to health and well-being,” with further recognition that “health is a state of complete physical, mental and social well-being and not merely the absence of disease or infirmity” that “the predominant focus of health-care systems on treating illness rather than maintaining optimal health also

- prevents a holistic approach”; and that there are “needs that exist at different stages in an individual’s lifespan,” which together support optimal health across the life course, entailing the provision of the necessary information, skills, and care for achieving the best possible health outcomes and reaching full human potential; and
7. “Reaffirm the importance of national ownership and the primary role and responsibility of governments at all levels to determine their own path towards achieving universal health coverage, in accordance with national contexts and priorities”, preserving human dignity and all the rights and freedoms set forth in the Universal Declaration of Human Rights.